



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA



TRAMITAÇÃO		PROCESSO Nº	0296/2024
		DISPENSA Nº	017/2024
		Requerente	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.
		Assunto:	Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, junto ao Município de São João da Baliza/RR.
		Credor:	



Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Semlic - Comissão Permanente de Licitação



Impresso em 09/11/2024 às 16:34:43

PROCESSO
000296/2024

Data de Entrada: 26/08/2024



Processo disponível para recebimento com código de barras

Requerente
LUÍS PAULO DE OLIVEIRA

CPF/CNPJ
033.151.297-11

Assunto
ABERTURA DE PROCESSO

Origem
SEMLIC - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Atendente
DAVI ALEXANDRE FERREIRA DOS REIS

Observação

Contratação de empresa especializada na Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, junto ao Município de São João da Baliza/RR

Tramitação

Data	Destino	Data	Destino
26/08/2024	GABINETE DA PREFEITA - GABINETE		



Prefeitura Municipal de São Joao da Baliza
Semlic - Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura Municipal de São Joao da Baliza
Av. São Paulo, 1077, Centro - São João da Baliza/RR - CEP: 69375-000
CNPJ: 04.056.248/0001-25 Telefone: (95) 9999-9999



Termo de Abertura de Processo

Processo Nº 000296/2024

Data de Abertura: 26/08/2024

Requerente

033.151.297-11 | LUÍS PAULO DE OLIVEIRA

Endereço

Contato

E-mail

Atendente

DAVI ALEXANDRE FERREIRA DOS REIS

1ª Previsão

10/09/2024

Assunto

ABERTURA DE PROCESSO

Primeiro Trâmite

GABINETE

Data/Hora do Trâmite

26/08/2024 15:41:13

Processo Administrativo

EMBRANCO

Descrição Detalhada do Assunto e Relação de Documentos Anexos

Contratação de empresa especializada na Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, junto ao Município de São João da Baliza/RR

Nestes termos, pede deferimento.

São João da Baliza, 26 de agosto de 2024

LUÍS PAULO DE OLIVEIRA
Requerente



Prefeitura Municipal de São Joao da Baliza
Semlic - Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura Municipal de São Joao da Baliza
Av. São Paulo, 1077, Centro - São João da Baliza/RR - CEP: 69375-000

Processo Nº 000296/2024

Requerente: LUIS PAULO DE OLIVEIRA

Assunto

Contratação de empresa especializada na Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, junto ao Município de São João da Baliza/RR

Acompanhe o Andamento do Processo pela Internet

Site: <https://sãojoãodabaliza.saatri.com.br/Contribuinte/AcompanharTramites> CPF/CNPJ: 033.151.297-11 Data Protocolo: 26/08/2024

Atendente: DAVI ALEXANDRE FERREIRA DOS REIS Previsão: 10/09/2024 Valor: Destino: GABINETE



EM BRANCO

EM BRANCO



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD/SJB



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

1. IDENTIFICAÇÃO			
1.1. Requisitante:	Secretaria Municipal de Administração - SEMAD/SJB.		
1.2. Responsável pela demanda:			
1.3. E-mail:		Telefone:	
1.4. Natureza do objeto:	☐ Material de consumo ☐ Material permanente/equipamento ☐ Serviço não continuado ☐ Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra ☒ Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra ☐ Serviço de engenharia ☐ Obra ☐ Cursos/palestras/eventos/congressos		
1.5. Objeto sugerido	Referente a contratação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, junto ao Município de São João da Baliza/RR.		
1.6. Forma de contratação sugerida:	SERVIÇO		
1.7. Data pretendida para a formalização do Contrato Administrativo:	20/12/2024		
1.8. Encaminhamento:	GABINETE - GAB		
1.9. Regime Jurídico:	LEI N° 14.133/2021		
1.10. Grau de Prioridade	AUTO		

2.1 ESPECIFICAÇÃO DA DEMANDA

2.1 O presente documento manifesta a necessidade de seleção de proposta mais vantajosa menor preço por item, para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, junto ao Município de São João da Baliza/RR.

3.1 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/ JUSTIFICATIVA DO SERVIÇO CONTINUADO

3.1 Em face de inexistirem nos quadros atuais da Administração Pública servidores com as habilidades para execução das atividades de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual

EM BRANCO

12. The twelfth part of the document is a list of the names and addresses of the members of the committee who have been elected to the office of the recorder.

13. The thirteenth part of the document is a list of the names and addresses of the members of the committee who have been elected to the office of the auditor.

14. The fourteenth part of the document is a list of the names and addresses of the members of the committee who have been elected to the office of the assessor.

15. The fifteenth part of the document is a list of the names and addresses of the members of the committee who have been elected to the office of the collector.

16. The sixteenth part of the document is a list of the names and addresses of the members of the committee who have been elected to the office of the treasurer.

17. The seventeenth part of the document is a list of the names and addresses of the members of the committee who have been elected to the office of the clerk.

18. The eighteenth part of the document is a list of the names and addresses of the members of the committee who have been elected to the office of the recorder.

19. The nineteenth part of the document is a list of the names and addresses of the members of the committee who have been elected to the office of the auditor.

20. The twentieth part of the document is a list of the names and addresses of the members of the committee who have been elected to the office of the assessor.

21. The twenty-first part of the document is a list of the names and addresses of the members of the committee who have been elected to the office of the collector.

22. The twenty-second part of the document is a list of the names and addresses of the members of the committee who have been elected to the office of the treasurer.

23. The twenty-third part of the document is a list of the names and addresses of the members of the committee who have been elected to the office of the clerk.

24. The twenty-fourth part of the document is a list of the names and addresses of the members of the committee who have been elected to the office of the recorder.

25. The twenty-fifth part of the document is a list of the names and addresses of the members of the committee who have been elected to the office of the auditor.

26. The twenty-sixth part of the document is a list of the names and addresses of the members of the committee who have been elected to the office of the assessor.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD/SJB



– LOA, considerando também, que tais atividades não constituem objeto da instituição, a alternativa da terceirização se traduz em otimização desses serviços, haja vista a economia de gastos e tributos sociais com pessoal.

3.2. A administração entende que, a contratação dos serviços, justifica-se no sentido de que há serviços que exigem habilitação específica, vinculada a determinada capacidade intelectual e material, os quais se entende que não é qualquer profissional que poderá satisfazer tais exigências, devendo em si haver capacitação específica, conhecimento de causa, experiência aplicada de atuação na área, trazendo assim expertise na área atuante. Nessa linha, a Administração Pública, requer alta especialização, exige conhecimentos específicos, além de ferramentas capazes de dotar a organização de mecanismos eficientes para a boa Gestão.

4. DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO

4.1 Os serviços poderão ser demandados imediatamente após assinatura do contrato.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Há previsão orçamentaria para 2024.

5.1 Conforme plano de contratação anual.

5.2 Os pagamentos serão efetuados de acordo com a efetiva prestação dos serviços, fiscalizados por meio da Secretaria Municipal de Administração, via transferência bancária ou através de boleto bancário, no prazo máximo de até o 30 (trinta) dias, após o recebimento pelo fiscal de contratos da nota fiscal, do respectivo serviço.

6. SERVIÇOS

Item	Descrição	Und	Qtd	Preço Unitário Médio - R\$	Sub-Total Médio - R\$
1	Serviço de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, junto ao município de São João da Baliza/RR.	Serv.	1		
2	Serviço de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, junto ao município de São João da Baliza/RR.	Serv.	1		
PREÇO TOTAL MÉDIO					

EMBRANCO



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD/SJB



7. PREVIÃO ORÇAMENTARIA

Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Administração:

EXERCÍCIO - 2024

Programa de Atividade:

04.122.2100.2006.0000-SEMAD

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

Fonte de Recursos: SERVIÇO DE TERCEIROS DE PESSOA JURIDICA.

Elaborado por:

Decreto/SEMAD

Aprovado por:

Secretário Municipal de Administração
Decreto nº GAB ____/2024

De Acordo:

Luiza Maura de Faria Oliveira
Prefeita Municipal de São João da Baliza

São João da Baliza/RR, em 26 de agosto 2024.



1. The first part of the document is a letter from the

author to the editor of the journal, in which he

states that he has received a letter from the

EM BRANCO

of the

of the

of the

of the

of the

of the

of the

of the





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
FUNDO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

1.1 O objeto é a contratação de empresa especializada na **Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, junto ao Município de São João da Baliza/RR.**

1.2 Trata o presente estudo sobre a análise da demanda apresentada para contratação de empresa para prestação de serviços técnico, em face de inexistirem nos quadros atuais da Administração Pública servidores com as habilidades para execução das atividades de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, considerando também, que tais atividades não constituem objeto da instituição, a alternativa da terceirização se traduz em otimização desses serviços, haja vista a economia de gastos e tributos sociais com pessoal.

1.3 A administração entende que, a contratação dos serviços, justifica-se no sentido de que há serviços que exigem habilitação específica, vinculada a determinada capacidade intelectual e material, os quais se entende que não é qualquer profissional que poderá satisfazer tais exigências, devendo em si haver capacitação específica, conhecimento de causa, experiência aplicada de atuação na área, trazendo assim expertise na área atuante. Nessa linha, a Administração Pública, requer alta especialização, exige conhecimentos específicos, além de ferramentas capazes de dotar a organização de mecanismos eficientes para a boa Gestão.

1.4 Enquadramento de Serviço Comum para efeito da Lei nº. 14.133/2021: Para todos os fins legais, declaramos que a contratação de pessoa jurídica especializada nos serviços aqui pretendidos, pode ser enquadrada como serviço comum de acordo com o art. 106, XIII, da Lei nº. 14.133/2021.

1.5 Nesse sentido, podemos entender a importância do serviço licitado no presente estudo, para garantir o bom desenvolvimento de todas as atividades executadas por esta Secretaria.

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO:

2.1 O contrato atual pode ser prorrogado, a instrução ocorrerá para a nova contratação, considerando para a adjudicação o preço global.

2.2 Poderão participar desta Licitação exclusivamente Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, observando o disposto no artigo 48, I, e art. 49, IV da Lei Complementar nº 147, de 7/8/2014, que alterou a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), e que atendam às condições previstas neste Termo de Referência.

EM BRANC





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
FUNDO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



2.3 Poderão participar desta Licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br /compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.4 O(s) empregado(s) deverá(ão) ser pertencente(s) ao quadro de pessoal da empresa a ser contratada, que deverá selecionar e preparar rigorosamente o(s) empregado(s) para prestar os serviços, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

2.4 Os serviços possuem natureza continuada, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da contratante.

2.5 A contratação observa os critérios de sustentabilidade ambiental recomendados pelo Órgãos competente, e a contratada deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP no 01, de 19 de janeiro de 2010. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação

2.6 Ressalta-se, no entanto, a importância desta contratação, tendo em vista que a não prestação dos serviços pode ocasionar ônus para esta Secretaria, pois deve atender os prazos dos órgãos fiscalizadores.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

3.1 O valor estimado para contratação foi obtido através do diretamente com as empresas interessadas que acessaram o e-mail da secretaria semlic@sjb.rr.gov.br.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

4.1 Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, junto ao Município de São João da Baliza/RR.

4.2 A solução que melhor atende às necessidades da Administração é a Contratação de empresa para prestação de serviços técnico, visto a falta de mão de obra qualificada no quadro de pessoal desta Prefeitura, visando que o serviço seja realizado com capacitação específica, conhecimento de causa, experiencia aplicada de atuação na área, trazendo assim expertise na área atuante.

4.3 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Prefeitura Municipal de São João da Baliza e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro continuamente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a necessidade de ser ter as Diretrizes que balizam o Orçamento de cada exercício financeiro, quee deverão observar as disposições contidas no Termo de Referência, nos normativos federais e distritais que versem



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
FUNDO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



sobre o presente objeto, bem como as normas expedidas sobre o assunto pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Normas do TCE-RR.

4.4 Considerando às necessidades da Administração, a solução escolhida, está definida por previsão legal na Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.5 O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme prevê inciso XIII, do art. 6º da Lei 14.133, de 2021, pois, seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado.

4.6 Após a definição de preços de referência, a contratação será conduzida por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, haja visto o preço a ser contratado está nos parâmetros desta modalidade. A contratação será feita com preços compatíveis ao praticado no mercado.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

5.1 O quantitativo a ser licitado, está baseado nos serviços já contratados em anos anteriores.

SERVIÇOS:

Item	Descrição	Und	Qtd	Preço Unitário Médio - R\$	Sub-Total Médio - R\$
1	Serviço de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, junto ao município de São João da Baliza/RR.	Serv.	1	21.500,00	21.500,00
2	Serviço de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, junto ao município de São João da Baliza/RR.	Serv.	1	32.000,00	32.000,00
PREÇO TOTAL MÉDIO				53.500,00	

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

6.1 O valor total máximo estimado pela Secretária Municipal de Administração é de R\$ 53.500,00 (cinquenta mil reais), conforme planilha estimativa de custos especificada no anexo II deste Termo de Referência.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
FUNDO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



como, por exemplo: o investimento na construção de escolas, a verba para transporte e o gasto com a saúde. Esse acompanhamento contribui para fiscalizar o uso do dinheiro público e a melhoria da gestão pública.

11. IMPACTOS AMBIENTAIS:

11.1 A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, caso haja para a execução dos serviços.

12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

12.1 A contratação da solução proposta é considerada viável e razoável, demonstrando plena adequação às necessidades identificadas na demanda de contratação. Os aspectos técnicos foram devidamente avaliados, confirmando a capacidade da solução em atender aos requisitos estabelecidos.

13 PREVISÃO ORÇAMENTARIA

Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Administração:

EXERCÍCIO - 2024

Programa de Atividade:

04.122.2100.2006.0000-SEMAD

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

Fonte de Recursos: Serviços de terceiros de pessoa jurídica.

13. PAC:

13.1 O PAC para o exercício de 2024 está sendo elaborado, apresentado a Prefeita, revisado, porém ainda não foi publicado.

Aprovado por:

Secretário Municipal de Administração
Decreto nº GAB ____/202__

De Acordo:

Luiza Maura de Faria Oliveira
Prefeita Municipal de São João da Baliza

São João da Baliza/RR, em 01 de agosto 2024.

COTAÇÃO DE PREÇOS

semlic <semlic@sjb.rr.gov.br>

To: "empresalisboaempreendimentos"

<empresalisboaempreendimentos@gmail.com>

ter, nov 19, 2024 at 11:44 AM

Bom dia,



Solicito Cotação de preços conforme anexo

Att.

SEMLIC

EM BRANCO

COTAÇÃO DE PREÇOS

semlic <semlic@sjb.rr.gov.br>

To: "dalvasantos_01" <dalvasantos_01@hotmail.com>

ter, nov 19, 2024 at 11:40 AM

Bom dia



Solicito cotação de preço conforme anexo

Att

EM BRANCO

SEMLIC

EM BRANC

COTAÇÃO DE PREÇOS

semlic <semlic@sjb.rr.gov.br>

To: "medeiroscontabilidaderr" <medeiroscontabilidaderr@gmail.com>

ter, nov 19, 2024 at 11:38 AM

Bom dia,



Solicito cotação de preços conforme anexo:

Att

SEMLIC

EM BRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVENIOS



PESQUISA DE PREÇOS

Empresa: D. DOS SANTOS
CPF CNPJ: 43.660.948/0001-86
Endereço: RUA BOA VISTA, Nº 26 – CENTRO
Banco:
AG= 0003
CC= 3243258-0



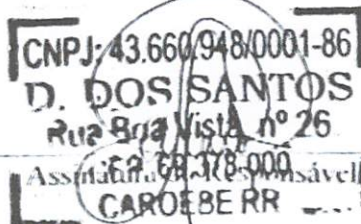
1. Descrição do objeto a ser contratado:

na Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, junto ao Município de São João da Baliza/RR.

2. Itens e quantitativos a serem cotados

Item	Descrição	Und	Qtd	Preço Unitário Médio – R\$	Sub-Total Médio – R\$
1	Serviço de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, junto ao município de São João da Baliza/RR.	Serv.	1	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
2	Serviço de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, junto ao município de São João da Baliza/RR.	Serv.	1	R\$ 28.000,00	R\$ 28.000,00
PREÇO TOTAL MÉDIO				R\$ 48.000,00	

Validade da Proposta:



ATESTO A VERACIDADE DESTES
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

EMBRANCO



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVENIOS

PESQUISA DE PREÇOS

Empresa: A. R. DE M. MEDEIROS - ME
CPF/CNPJ: 33.174.951/0002-17
Endereço: Rua Gen. Penha Brasil, 857 - São Francisco
Banco: Brasil - Ag. 3783-4 - C/C: 25754-0

CARIMBO CNPJ

33.174.951/0002-17

AR DE M MEDEIROS-ME

Rua General Penha Brasil, 857 Sala 1 - São Francisco

CEP: 69.305-130

Bom Vista RR

1. Descrição do objeto a ser contratado:

na Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, junto ao Município de São João da Baliza/RR.

2. Itens e quantitativos a serem cotados

Item	Descrição	Uno	Qtd	Preço Unitário Médio - R\$	Sub-Total Médio - R\$
1	Serviço de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, junto ao município de São João da Baliza/RR.	Serv	1	R\$ 20.900,00	R\$ 20.900,00
2	Serviço de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, junto ao município de São João da Baliza/RR.	Serv	1	R\$ 30.600,00	R\$ 30.600,00
PREÇO TOTAL MÉDIO				R\$ 51.500,00	

Validade: 30 dias úteis:


Ana Regina de Melo Medeiros
Titular
CPF: 000.455.402-09

Assinatura do Responsável

ATESTO A VERACIDADE DESTA
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

[illegible]

EM BRANCO

Proc. 296/24
Fhs 17



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVENIOS

PESQUISA DE PREÇOS

Empresa: A. W. Lisboa da Silva - EPP
CPE/CNPJ: 36.864.913/0001-01
Endereço: Av. das Guianas, nº 1523, Box 05
Banco: Brail, Ag: 250-0 c/c 129.083-5

CARIMBO CNPJ
CNPJ: 36.864.913/0001-01
A. W. LISBOA DA SILVA - EPP
Av. das Guianas nº 1523 Box 05 13 de Setembro
CEP: 69.308-160
Boa Vista - Roraima

1. Descrição do objeto a ser contratado:

na Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, junto ao Município de São João da Baliza/RR.

2. Itens e quantitativos a serem cotados

Item	Descrição	Und	Qtd	Preço Unitário Médio - R\$	Sub-Total Médio - R\$
1	Serviço de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, junto ao município de São João da Baliza/RR.	Serv.	1	28.000,00	28.000,00
2	Serviço de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, junto ao município de São João da Baliza/RR.	Serv.	1	33.000,00	33.000,00
PREÇO TOTAL MÉDIO					61.000,00

Validade da Proposta: 60 dias

Anayra Wendri Lisboa da Silva

CPF: 003.755.802-12

Titular

Assinatura do Responsável

ATESTO A VERACIDADE DESTE
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

EM BRANCO

TERMO DE REFERÊNCIA

Proc. 296124

Fhs. 78

1. OBJETO:

1. Contratação de empresa especializada na **Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA**, junto ao Município de São João da Baliza/RR.

2. ESPECIFICAÇÃO DA DEMANDA:

2.1 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021). 2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 Prestação de **serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA**. Conforme relacionadas neste Termo de Referência, e anexos, relacionados de acordo com as planilhas abaixo:

SERVIÇOS;

Item	Descrição	Und	Qtd	Preço Unitário Médio - R\$	Sub-Total Médio - R\$
1	Serviço de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, junto ao município de São João da Baliza/RR.	Serv.	1	21.500,00	21.500,00
2	Serviço de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, junto ao município de São João da Baliza/RR.	Serv.	1	32.000,00	32.000,00
PREÇO TOTAL MÉDIO				53.500,00	

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/ JUSTIFICATIVA DO SERVIÇO CONTINUADO;

Para a contratação destes serviços, a administração entende que, a contratação dos serviços, justifica-se no sentido de que há serviços que exigem habilitação específica, vinculada a determinada capacidade intelectual e material, os quais se entende que não é qualquer profissional que poderá satisfazer tais exigências, devendo em si haver capacitação específica, conhecimento de causa, experiência aplicada de atuação na área, trazendo assim expertise na área atuante. Nessa linha, a Administração Pública, requer alta especialização,

EM BRANC

exige conhecimentos específicos, além de ferramentas capazes de dotar a organização de mecanismos eficientes para a boa Gestão.

Proc. 296/24
Fhs. 29

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação de empresa especializada para os serviços citados, é justificável em face de inexistirem nos quadros atuais da Administração Pública servidores com as habilidades para execução das atividades de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, considerando também, que tais atividades não constituem objeto da instituição, a alternativa da terceirização se traduz em otimização desses serviços, haja vista a economia de gastos e tributos sociais com pessoal.

Da justificativa para enquadramento como serviços comuns

O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de serviços comuns, conforme o inciso XIII, do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021 por possuir padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado.

Ao amparo da Lei nº 14.133, de 2021, o objeto afigura-se à definição de serviço comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado, se não vejamos:

Portanto, a definição de “bens e serviços comuns” inclui o simples, o padronizado, o rotineiro e ainda os que possam ser objetivamente descritos, sendo este, também, o entendimento do Tribunal de Contas da União.

Da Relação entre a Demanda e a Quantidade

A proposta de formalização de contrato administrativo para a prestação dos serviços propostos é decorrente da necessidade de atender a demanda da Secretaria Municipal de Administração, para o exercício de 2025, visando atender as leis existentes para a sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA.

Da justificativa para a contratação

O julgamento deverá ser realizado e julgado por preço global, pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, pois a contratação da empresa prestadora dos serviços propostos, de natureza singular e especializada na área Pública, tendo em vista as constantes mudanças e atualizações na gestão pública, com edição de leis, regulamentos, decretos e etc; a necessidade de orientação, assessoria e consultoria Administrativa para a Prefeitura Municipal de São João da Baliza-RR, bem como diante da inexistência de profissionais capacitados,

the following information is being furnished to you for your information and use only. It is not to be used for any other purpose. The information is being furnished to you for your information and use only. It is not to be used for any other purpose. The information is being furnished to you for your information and use only. It is not to be used for any other purpose.

Very truly yours,

John F. Kennedy
President of the United States

Enclosure

Very truly yours,

John F. Kennedy
President of the United States

EMBRANCO

Very truly yours,

John F. Kennedy
President of the United States

Very truly yours,

John F. Kennedy
President of the United States



Very truly yours,

graduados e especializados no quadro geral de pessoal da Prefeitura, que possam orientar os servidores no que tange o bom andamento da administração Pública. Como a Prefeitura tem a carência desse tipo de profissional no seu quadro de funcionários, com experiência em Gestão Pública, foi adotada a medida de contratação terceirizada, essa medida administrativa revela-se oportuna e conveniente para atender o interesse público municipal, diante da falta de pessoal mais experiente e conhecimentos mais aprimorados, que escapam da trivialidade das atividades rotineiras e corriqueiras do dia-a-dia, mas dependem, fundamentalmente, de orientação e ensinamentos de maior qualificação, que só podem ser oferecidos por quem possui comprovada qualificação acadêmica, cuja especialização decorra, também, de reconhecida experiência adquirida com desempenho anterior, estudos e outros requisitos necessários para confirmar que seu trabalho é essencial e adequado para atender os legítimos interesses deste Poder Executivo.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação da empresa que prestará os serviços propostos, terá que prestar informações de que possui um corpo técnico de profissionais de assessoria e consultoria em contabilidade com comprovada experiência no ramo de Gestão Pública, abrangendo as áreas administrativa, constitucional e tributária. Além do mais, comprovar sua experiência através de termo de capacidade técnica, para o mesmo serviço, prestados à outras Administrações municipais.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Início da execução do objeto: 01 (um) dia da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço. Os prazos para execução dos serviços expostos, devem atender as legislações pertinentes, obedecendo-os sem cabimento de prorrogação à entrega.

Tanto para o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, quanto para a Lei de Orçamento Anual – LOA, deve ser entregue ao Executivo com antecedência de 10 dias antes do prazo final de envio do projeto ao Legislativo.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...

...the ... of ...

...the ... of ...

...

...the ... of ...

...the ... of ...

...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...



sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Proc 296/24
Fhs 21

O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os pagamentos referentes aos serviços executados serão efetuados conforme tabela a seguir.

Serviço	Critério de pagamento
Serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração das Leis LDO e LOA	Em até 30 dias após a entrega do projeto da LDO e LOA.

EMBRANC

O pagamento será efetuado, conforme demanda efetivamente executada, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, com preços unitários, parciais e totais, devendo indicar no corpo do documento fiscal o número do contrato firmado com a Contratante.

O pagamento será creditado em favor da Contratada por meio de ordem bancária contra a entidade bancária indicada em sua proposta devendo para isso, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 30 (trinta) dias após entrega dos projetos de lei.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal.

No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa Contratada, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita e/ou enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

Caso haja a aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Contratante em favor da Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, ficará convencionada a taxa de encargos moratórios devidos pela Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga.

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento).

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

EMBRANCO

(TX/100)→

I = (6/100)

→

I = 0,00016438 365

365



A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, com fundamento no art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/21 c/c Decreto nº 11.871/2023.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica/fiscal

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

Habilitação Técnica

A licitante deverá apresentar:

Comprovação de que tenha executado serviços anteriores com outra administração pública.

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

Disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços.

Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, apresentar o número do CNPJ e do respectivo endereço.

Qualificação Econômico-Financeira

As exigências de qualificação Econômica - Financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar desta contratação, exclusivamente, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, observando o disposto no artigo 48 da Lei Complementar nº 147, de 2014, que alterou a Lei Complementar nº 123, de 2006,

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...

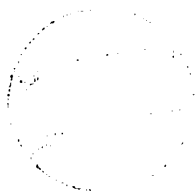
...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...



ESTIMATIVA E VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando os preços praticados no mercado, o valor médio global é de R\$ 53.500,00 (Cinquenta e três mil e quinhentos reais).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de preços junto ao mercado, obtendo 03 orçamento de empresa, no qual foram identificados 03 orçamentos coerentes com o objeto a ser licitado, conforme o Mapa Comparativo de Preços. havendo, portanto, 03 valores para a formação de preço médio para a contratação, em conformidade com o que preceitua a IN nº 65, de 2021, da Seges /ME. Também foi realizado pesquisa junto ao painel de preço disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>.

Os valores estimados para execução do objeto, do presente Termo de Referência, foram definidos por ocasião da pesquisa de preços de mercado, tendo como base o valor para a execução dos serviços de elaboração das leis LDO e LOA.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Prestar à Contratada todas as informações solicitadas e necessárias para a execução dos serviços.

Designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

Notificar a Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida no Contrato.

Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços objeto do Contrato a ser firmado, podendo solicitar ou recusar qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, por intermédio do representante da administração especialmente designado, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com o mesmo.

Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Contrato a ser firmado.

DO RECEBIMENTO

Os serviços serão recebidos:

Provisoriamente, no ato da entrega dos serviços, ocasião em que o responsável por seu

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

EMBRANC

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

[Handwritten signature]

acompanhamento e fiscalização procederá à conferência de sua conformidade com as especificações da Ordem de Serviço e demais condições constantes deste Termo de Referência. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.



Definitivamente, em até 15 (quinze) dias após o recebimento provisório, caso não se verifique defeitos ou imperfeições, por servidor designado pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência da contratação será de 5 anos, contado a partir da assinatura do contrato respectivo, podendo ser prorrogado por mais 5 anos, conforme previsto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para a prestação dos serviços objeto do presente instrumento, será formalizado contrato administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes.

DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

EM BRANCO



1. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Administração, para o exercício de 2024, com programas de trabalho e elemento de despesas específicas abaixo:

Unidade Orçamentária – Secretaria Municipal de Administração:

EXERCÍCIO – 2024

Programa de Atividade:

04.122.2100.2006.0000-SEMAD

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

Fonte de Recursos: SERVIÇO DE TERCEIROS DE PESSOA JURIDICA.

Em eventuais prorrogações as despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Administração, para o exercício correspondente.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Deverá ser assegurado, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar a execução dos serviços.

Verificada qualquer irregularidade, a Contratante poderá suspender a execução dos serviços ou recusar a aceitação deles, cabendo à Contratada arcar com as despesas até então realizadas.

A Contratada será única e exclusivamente responsável por seus empregados, os quais deverão ser vinculados a ela, assumindo todos os encargos trabalhistas, previdenciários e recolhimento de tributos e taxas incidentes.

A Contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à operacionalidade do gerenciamento.

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133, de 2021, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

São João da Baliza 02 de agosto de 2024

Decreto nº GAB ____/202__
Secretário Municipal de Administração

EM BRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA



AUTORIZAÇÃO

Em atendimento da Lei Federal Nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, conforme se contante no despacho anexado, autorizo a abertura do procedimento licitatório visando a **Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, junto ao Município de São João da Baliza/RR**, autorizo a abertura do processo 0296/2024.

Exercício: 2024

FONTE DE RECURSO: SERVIÇOS DE TERCEIROS DE PESSOA JURÍDICA

Programa de Trabalho: 04.122.2100.2006.0000 - SEMAD

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

Unidade Orçamentária: **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SEMAD DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR.**

São João da Baliza – RR, 27 agosto de 2024.

LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA
Prefeita Municipal de São João da Baliza/RR
Ordenadora de Despesas



Av. São Paulo, nº 1077 – Centro – São João da Baliza - RR
CNPJ nº 04.056.248/0001-25

EM BRANCO



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
GABINETE DA PREFEITA

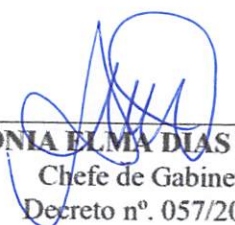


DESPACHO

À SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS-SEMLIC.

Encaminhem-se os autos do Processo nº 0296/2024, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SEMAD, cujo objeto é a **Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, junto ao Município de São João da Baliza/RR.**

São João da Baliza – RR, 28 de agosto de 2024.



ANTÔNIA ELMA DIAS DA SILVA

Chefe de Gabinete

Decreto nº. 057/2024

EM BRANCO



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
GABINETE DA PREFEITA

DECRETO PMSJB Nº 029/2024

**NOMEIA AGENTE DE CONTRATAÇÃO,
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA
CONDUZIR OS ATOS DAS LICITAÇÕES E
CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS DERIVADAS
DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA-RR, ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, conforme preceitua o Art. 87 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Decreto Municipal nº 086/2023.

DECRETA:

Art. 1º Nomeia-se o servidor DAVI ALEXANDRE FERREIRA DOS REIS, Matrícula nº 3401, para exercer a função de Agente de Contratação e de Pregoeiro do Município de São João da Baliza, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Nas licitações na modalidade pregão o agente responsável pela condução do certame será designado como pregoeiro.

Art. 2º Nomeia-se os servidores abaixo para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021:

I - FRANCISCO JOSÉLIO FREITAS DOS SANTOS, Matrícula nº 2016;

II - JACKES KLEN DE ARAÚJO SILVA, Matrícula nº 774; e

III - NEUSANGELA LIMA DOS SANTOS, Matrícula nº 696

Art. 3º Os servidores mencionados no artigo anterior auxiliarão o Agente de Contratação e o Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

Art. 4º Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro, o disposto no Decreto Municipal nº 086/2023, para a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1º O Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

EMBRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
GABINETE DA PREFEITA

§ 2º O Agente de Contratação ou o Pregoeiro poderá convocar servidores públicos que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

São João da Baliza - RR, 15 de janeiro de 2024.

Publique-se;
Cientifique-se;
Cumpra-se;

LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA

Prefeita Municipal de São João da Baliza

PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO DA BALIZA

EMBRANCO



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS



PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0296/2024

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: DISPENSA Nº 017/2024 CONFORME A LEI Nº 14.133/2021.

OBJETO: Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, junto ao Município de São João da Baliza/RR.

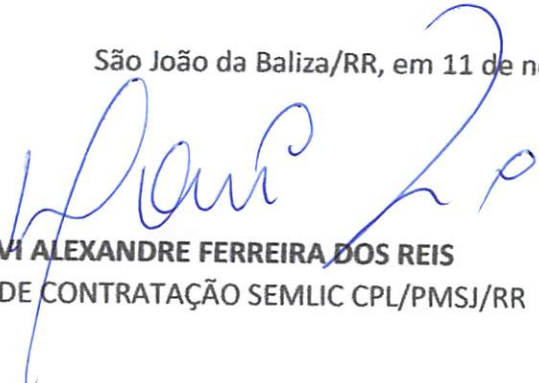
JUSTIFICATIVA: Justifica-se a presente dispensa de licitação, o valor empregado para tal, conforme a legislação supracitada, visando a celeridade e baixo custo.

INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR

AUTUAÇÃO

Hoje, nesta cidade, na sala da Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Convênios – SELIMC, autuo o presente processo licitatório sob o nº 0296/2024 do que constar, lavrei este termo. Eu, **Davi Alexandre Ferreira dos Reis**, Agente de Contratação, o subscrevo.

São João da Baliza/RR, em 11 de novembro de 2024.


DAVI ALEXANDRE FERREIRA DOS REIS

AGENTE DE CONTRATAÇÃO SEMLIC CPL/PMSJ/RR

EM BRANCO



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E
CONVÊNIOS



JUSTIFICATIVA

OBJETO: Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, junto ao Município de São João da Baliza/RR.

A Secretaria Municipal de Licitações e Contratos e Convênios da Prefeitura Municipal de São João da Baliza, instituída pelo decreto nº 029/2024 de 15 de janeiro de 2024, manifesta-se acerca da contratação direta, conforme termo de referência, fundamentada a contratação em DISPENSA DE LICITAÇÃO, Art.75, incisos II da Lei nº 14.133/2021 (atualizados pelo Decreto nº 11.317/2022).

Em observância a determinação constante no dispositivo legal ora focado passamos a analisar a viabilidade da contratação em pleito.

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

De acordo com Art. 75 da Lei nº 14.133/2021 os contratos celebrados pela Administração Pública são precedidos através da realização prévia de Processo de Licitação Pública. Excepcionando esta regra, o nosso ordenamento jurídico dispõe a possibilidade de celebração do contrato sem a realização de Processo de Licitação, quando o objeto pleiteado se enquadrar nos casos de dispensa.

Quanto a dispensa, o artigo Art. 75 da Lei nº 14.133/2021 indica três hipóteses, sem excluir outras, devendo sempre existir a comprovação da competição.

Considerando que a realização do serviço, inviabiliza a possibilidade de competição, uma vez que há a existência de peculiaridade no interesse público. Vejamos o disposto no artigo 75, inciso II:

Art. 75 da Lei nº 14.133/2021 – É dispensável de licitação:

Assim, pela redação do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021, para a contratação de empresa do setor é preciso a formalização do respectivo processo para a aferição e comprovação das exigências, quais sejam:

Av. Perimetral Norte BR210- s/n centro
São João da Baliza- Roraima- Brasil

EM BRANC

EM BRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E
CONVÊNIOS



- 1) Contrato deve ser firmado pelo próprio contratado ou por meio de empresário exclusivo;
- 2) Razão da escolha do profissional ou empresa do setor;
- 3) Ser realizado o procedimento de competitividade para contratação da proposta mais vantajosa para a Administração.

Desse modo, a ausência de licitação somente se admite por exceção, nos casos indicados em lei, ressalta-se, que os dispositivos legais prevendo hipóteses de dispensa ou inexigibilidade devem sofrer interpretação estrita (sem alargamento do conteúdo), privilegiando-se sempre a ampla disputa entre os interessados.

Justificativa.

Tal solicitação se faz necessária em virtude da ausência de fornecimento desse tipo de serviços para a Prefeitura municipal.

Essa contratação deve atender as necessidades da prefeitura, reestruturando-a no intuito de otimizar o trabalho desenvolvido por nossos servidores que, naturalmente, dependem desse serviço capaz de devolver resultados, proporcionando qualidade e conforto no ambiente de trabalho.

Destina-se a presente contratação e justifica-se pela necessidade de manter em pleno funcionamento desta prefeitura solicitando a contratação para atender as demandas da mesma.

CONCLUSÃO

Depois de verificada a existência da necessidade da contratação do serviço, devidamente justificada pela Prefeitura Municipal de São João da Baliza/RR, e comprovada a competição, entendemos que é plenamente cabível a formalização da Dispensa de Licitação para o objeto em comento, pois o mesmo atende a todos os requisitos do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Submetemos ao crivo da Procuradoria Geral do Município de São João da Baliza para que se posicione, juridicamente a respeito da possibilidade de contratação nos termos

EMBRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E
CONVÊNIOS



indicados acima, bem como, se manifeste com relação à adequação da minuta do contrato a ser firmado com as disposições constantes no Art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

São João da Baliza/RR, 11 de novembro de 2024.

Davi Alexandre Ferreira dos Reis
Agente de Contratação da SELIMC/PMSJB

EM BRANCO

EM BRANCO



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 296/2024
DISPENSA FÍSICA Nº. 017/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR**, inscrito no CNPJ 04.056.248/0001-25, com sede na Av. Perimetral Norte, s/nº, Centro, São João da Baliza/RR, por intermédio da Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Convênios (SEMLIC), torna público que realizará dispensa física, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos Artigo nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 030, de 15 de janeiro de 2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

Objeto:	Contratação de Empresa Especializada para Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA
Data limite da apresentação das Propostas:	Dia 21/11/2024, até às 09:00 h
Referência de Horário:	De Brasília
Endereço para Protocolo das Propostas e documentos de habilitação	Sede Administrativa da Prefeitura. Avenida Perimetral Norte, s/n, Centro, São João da Baliza/RR
Email para obtenção do Aviso e seus anexos:	<u>semlic@sjb.rr.gov.br</u>

São João da Baliza/RR, 14 de novembro de 2024.

DAVI ALEXANDRE FERREIRA DOS REIS
Agente de Contratação

EM BRANCO

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 296/2024
DISPENSA FÍSICA Nº. 017/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR, inscrito no CNPJ 04.056.248/0001-25, com sede na Av. Perimetral Norte, s/nº, Centro, São João da Baliza/RR, por intermédio da Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Convênios (SEMLIC), torna público que realizará dispensa física, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos Artigo nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 030, de 15 de janeiro de 2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

Objeto:	Contratação de Empresa Especializada para Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA		
Data limite da apresentação das Propostas:	Dia 21/11/2024, até às 09:00 h		
Referência de Horário:	De Brasília		
Endereço para Protocolo das Propostas e documentos de habilitação	Sede Administrativa da Prefeitura. Avenida Perimetral Norte, s/n, Centro, São João da Baliza/RR		
E-mail para obtenção do Aviso e seus anexos:	semlic@sjb.rr.gov.br		


DAVI ALEXANDRE FERREIRA DOS REIS
Agente de Contratação

São João da Baliza/RR, 14 de novembro de 2024.

Publicado por:
Luis Paulo de Oliveira
Código Identificador:14195FA3

EM BRANCO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA
BALIZA-RR**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E

**EDITAL DE CONTRATAÇÃO
DIRETA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.

0296/2024 DISPENSA FÍSICA Nº.

017/2024



A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA, inscrita no CNPJ 04.056.248/0001-25, com sede na Avenida Perimetral Norte, S/N, CENTRO, São João da Baliza/RR, por intermédio da Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Convênios (SEMLIC), torna público que realizará dispensa física, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos Artigo nº 75, inciso I da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 030, de 15 de janeiro de 2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

Data limite da apresentação das Propostas:	Dia 21/11/2024, até às 09:00 (HBR)
Referência de Horário:	De Brasília
Endereço para Protocolo das Propostas e documentos de habilitação	Sede Administrativa da Prefeitura. Avenida Perimetral Norte, s/n, Centro, São João da Baliza/RR
Email para obtenção do Aviso e seus anexos:	semlic@sjb.rr.gov.br

1.0 – DO OBJETO:

- 1.1** Constitui objeto da presente Dispensa a escolha da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR**, de acordo com o previsto neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

2.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

- 2.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de São João da Baliza/RR, para exercício de 2024, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária – Prefeitura Municipal de São João da Baliza:

Exercício: 2024

FONTE DE RECURSO: SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

RECURSO: RECURSO PRÓPRIO

Programa de Trabalho: 04.122.2100.2006.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

3.0 – DO VALOR ESTIMADO:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA
BALIZA-RR**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E



3.1 - O valor global estimado para contratação será de **R\$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais)**

4.0. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

4.1. O presente Aviso de Dispensa ficará ABERTO POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no Diário Oficial dos Municípios de Roraima, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao e-mail: semlic@sib.rr.gov.br ou mediante protocolo no Departamento de licitação, preferencialmente fazendo referência a DISPENSA.

4.1.1 Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 21/11/2024 às 09:00h(HBR)

4.1.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico ou por protocolo, no Departamento de Licitações, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, apresentar declarações com as seguintes informações:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

IV - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e

V - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2.1 A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

4.1.2.2 As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

4.1.2.3 Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

4.1.2.4 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação deste aviso serão solicitados do fornecedor mais bem classificado.

5.0 Habilitação:

5.1 Habilitação Jurídica

5.2.- Ato Constitutivo, Estatuto Ou Contrato Social Em Vigor, Devidamente Registrado, Em Se Tratando De Sociedades Comerciais, E, No Caso De Sociedades Por Ações, Acompanhado De Documentos De Eleição De Seus Administradores; Ou Registro Comercial, No Caso De Empresa Individual.

5.3- Cédula De Identidade De Todos Os Sócios Proprietários

5.4 - Certidão Expedida Pelo Tribunal De Contas Responsável.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
Av. São Paulo, nº 1077 – Centro – São João da Baliza - RR
CNPJ nº 04.056.248/0001-25 – Email semlic@sjb.rr.gov.br



5.5 - Certidão Negativa De Falência Ou Concordata Com Sua Expedição Nunca Superior A Três Meses Da Abertura Deste Processo, referente à Comarca De Domicílio Da Empresa Licitante.

5.6 - Certidão Simplificada Emitida Pela Junta Comercial.

5.7 - Regularidade Fiscal E Trabalhista.

5.8 - Prova De Inscrição No Cadastro De Contribuintes Estadual Ou Municipal, Relativo Ao Domicílio Ou Sede Do Proponente, Pertinente Ao Seu Ramo De Atividade E Compatível Com O Objeto Contratual.

5.9 - Certificado De Regularidade Para Com O FGTS, Expedido Pela Caixa Econômica Federal Ou Prova Equivalente Que Comprove, Inequivocamente, A Regularidade De Situação.

5.10 Certidão De Regularidade Para Com A Fazenda Estadual E Municipal Do Domicílio Da Empresa Licitante.

5.11 Certidão Conjunta De Regularidade Da Receita Federal E Tributos Federais E Dívida Ativa Da União E INSS.

6.0 - Proposta de Preço/Cotação:7

6.1 - A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.7

6.2 As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando- se pela desclassificação.

6.3 Os preços deverão obedecer ao valor estipulado pela administração.

7.0 – DO PAGAMENTO:

7.1 O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a efetiva execução dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2 Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação;

7.3 – COMPÕEM E S T E EDITAL, A L É M D A S CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, OS SEGUINTE S DOCUMENTOS:

7.4 – Anexo I– Termo de Referência;

7.5 – Anexo II - Modelo de Proposta;

7.6 – Anexo III - Modelo de Declaração unificada;

7.7 - Anexo IV – Modelo de Minuta de Contrato;

8.0 – AS DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1 Poderá o Município revogar o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

EMBRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
Av. São Paulo, nº 1077 – Centro – São João da Baliza - RR
CNPJ nº 04.056.248/0001-25 – Email semlic@sjb.rr.gov.br



- 8.2 O Município deverá anular o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
- 8.3 A anulação do procedimento de Chamada Pública, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 8.4 Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

São João da Baliza/RR, 14 de novembro de 2024.

DAVI ALEXANDRE FERREIRA DOS REIS
Agente de Contratação

EMBRANCC

TERMO DE REFERÊNCIA



1.OBJETO:

01.Contratação de empresa especializada na **Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, junto ao Município de São João da Baliza/RR.**

2. ESPECIFICAÇÃO DA DEMANDA:

2.1 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021). 2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA. Conforme relacionadas neste Termo de Referência, e anexos, relacionados de acordo com as planilhas abaixo:

SERVIÇOS;

Item	Descrição	Und	Qtd	Preço Unitário Médio – R\$	Sub-Total Médio - R\$
1	Serviço de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, junto ao município de São João da Baliza/RR.	Serv.	1	21.500,00	21.500,00
2	Serviço de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, junto ao município de São João da Baliza/RR.	Serv.	1	32.000,00	32.000,00
PREÇO TOTAL MÉDIO				53.500,00	

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/ JUSTIFICATIVA DO SERVIÇO CONTINUADO;

Para a contratação destes serviços, a administração entende que, a contratação dos serviços, justifica-se no sentido de que há serviços que exigem habilitação específica, vinculada a determinada capacidade intelectual e material, os quais se entende que não é qualquer profissional que poderá satisfazer tais exigências, devendo em si haver capacitação específica, conhecimento de causa, experiência aplicada de atuação na área, trazendo assim

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...

EMBRANCO

...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...

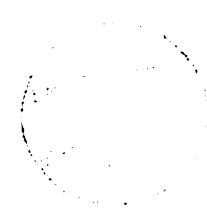
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...



expertise na área atuante. Nessa linha, a Administração Pública, requer alta especialização, exige conhecimentos específicos, além de ferramentas capazes de dotar a organização de mecanismos eficientes para a boa Gestão.



4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação de empresa especializada para os serviços citados, é justificável em face de inexistirem nos quadros atuais da Administração Pública servidores com as habilidades para execução das atividades de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, considerando também, que tais atividades não constituem objeto da instituição, a alternativa da terceirização se traduz em otimização desses serviços, haja vista a economia de gastos e tributos sociais com pessoal.

Da justificativa para enquadramento como serviços comuns

O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de serviços comuns, conforme o inciso XIII, do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021 por possuir padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado.

Ao amparo da Lei nº 14.133, de 2021, o objeto afigura-se à definição de serviço comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado, se não vejamos:

Portanto, a definição de “bens e serviços comuns” inclui o simples, o padronizado, o rotineiro e ainda os que possam ser objetivamente descritos, sendo este, também, o entendimento do Tribunal de Contas da União.

Da Relação entre a Demanda e a Quantidade

A proposta de formalização de contrato administrativo para a prestação dos serviços propostos é decorrente da necessidade de atender a demanda da Secretaria Municipal de Administração, para o exercício de 2025, visando atender as leis existentes para a sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Da justificativa para a contratação

O julgamento deverá ser realizado e julgado por preço global, pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, pois a contratação da empresa prestadora dos serviços propostos, de natureza singular e especializada na área Pública, tendo em vista as constantes mudanças e atualizações na gestão pública, com edição de leis, regulamentos, decretos e etc; a necessidade de orientação, assessoria e consultoria Administrativa para a Prefeitura Municipal

EM BRANC

de São João da Baliza-RR, bem como diante da inexistência de profissionais capacitados, graduados e especializados no quadro geral de pessoal da Prefeitura, que possam orientar servidores no que tange o bom andamento da administração Pública. Como a Prefeitura tem a carência desse tipo de profissional no seu quadro de funcionários, com experiência em Gestão Pública, foi adotada a medida de contratação terceirizada, essa medida administrativa revela-se oportuna e conveniente para atender o interesse público municipal, diante da falta de pessoal mais experiente e conhecimentos mais aprimorados, que escapam da trivialidade das atividades rotineiras e corriqueiras do dia-a-dia, mas dependem, fundamentalmente, de orientação e ensinamentos de maior qualificação, que só podem ser oferecidos por quem possui comprovada qualificação acadêmica, cuja especialização decorra, também, de reconhecida experiência adquirida com desempenho anterior, estudos e outros requisitos necessários para confirmar que seu trabalho é essencial e adequado para atender os legítimos interesses deste Poder Executivo.

Proc. 29624
Fls 43

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação da empresa que prestará os serviços propostos, terá que prestar informações de que possui um corpo técnico de profissionais de assessoria e consultoria em contabilidade com comprovada experiência no ramo de Gestão Pública, abrangendo as áreas administrativa, constitucional e tributária. Além do mais, comprovar sua experiência através de termo de capacidade técnica, para o mesmo serviço, prestados à outras Administrações municipais.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Início da execução do objeto: 01 (um) dia da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço. Os prazos para execução dos serviços expostos, devem atender as legislações pertinentes, obedecendo-os sem cabimento de prorrogação à entrega.

Tanto para o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, quanto para a Lei de Orçamento Anual – LOA, deve ser entregue ao Executivo com antecedência de 10 dias antes do prazo final de envio do projeto ao Legislativo.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Proc. 29624
Fis. 44

O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os pagamentos referentes aos serviços executados serão efetuados conforme tabela a seguir.

Serviço	Critério de pagamento
Serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração das Leis LDO e LOA	Em até 30 dias após a entrega do projeto da LDO e LOA.

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

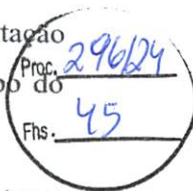
EM BRANC

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...



O pagamento será efetuado, conforme demanda efetivamente executada, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, com preços unitários, parciais e totais, devendo indicar no corpo do documento fiscal o número do contrato firmado com a Contratante.



O pagamento será creditado em favor da Contratada por meio de ordem bancária contra a entidade bancária indicada em sua proposta devendo para isso, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 30 (trinta) dias após entrega dos projetos de lei.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal.

No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa Contratada, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita e/ou enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

Caso haja a aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Contratante em favor da Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, ficará convencionada a taxa de encargos moratórios devidos pela Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga.

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento).

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

EM BRANC

(TX/100)→

I = (6/100)

→

I = 0,00016438 365

365



A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, com fundamento no art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/21 c/c Decreto nº 11.871/2023.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica/fiscal

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

Habilitação Técnica

A licitante deverá apresentar:

Comprovação de que tenha executado serviços anteriores com outra administração pública.

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

Disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços.

Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, apresentar o número do CNPJ e do respectivo endereço.

Qualificação Econômico-Financeira

As exigências de qualificação Econômica – Financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar desta contratação, exclusivamente, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, observando o disposto no artigo 48 da Lei Complementar nº 147, de 2014, que alterou a Lei Complementar nº 123, de 2006,

EM BRANC



ESTIMATIVA E VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando os preços praticados no mercado, o valor médio global é de R\$ 53.500,00 (Cinquenta e três mil e quinhentos reais).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de preços junto ao mercado, obtendo 03 orçamento de empresa, no qual foram identificados 03 orçamentos coerentes com o objeto a ser licitado, conforme o Mapa Comparativo de Preços. Havendo, portanto, 03 valores para a formação de preço médio para a contratação, em conformidade com o que preceitua a IN nº 65, de 2021, da Seges /ME. Também foi realizada pesquisa junto ao painel de preço disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>.

Os valores estimados para execução do objeto, do presente Termo de Referência, foram definidos por ocasião da pesquisa de preços de mercado, tendo como base o valor para a execução dos serviços de elaboração das leis LDO e LOA.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Prestar à Contratada todas as informações solicitadas e necessárias para a execução dos serviços.

Designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

Notificar a Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida no Contrato.

Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços objeto do Contrato a ser firmado, podendo solicitar ou recusar qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, por intermédio do representante da administração especialmente designado, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com o mesmo.

Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Contrato a ser firmado.

DO RECEBIMENTO

Os serviços serão recebidos:

Provisoriamente, no ato da entrega dos serviços, ocasião em que o responsável por seu

...
...
...

...
...
...
...
...
...

...
...
...
...
...
...

EMBRANCO

...
...
...
...
...
...

...
...
...
...
...
...

...
...
...
...
...
...



acompanhamento e fiscalização procederá à conferência de sua conformidade com as especificações da Ordem de Serviço e demais condições constantes deste Termo Referência. Caso não haja qualquer

Proc. 296/27
Fol. 48

impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Definitivamente, em até 15 (quinze) dias após o recebimento provisório, caso não se verifique defeitos ou imperfeições, por servidor designado pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência da contratação será de 5 anos, contado a partir da assinatura do contrato respectivo, podendo ser prorrogado por mais 5 anos, conforme previsto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para a prestação dos serviços objeto do presente instrumento, será formalizado contrato administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes.

DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I – unilateralmente pela Administração:

quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II – por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

1. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Administração, para o exercício de 2024, com programas de trabalho e elemento de despesas específicas abaixo:

Unidade Orçamentária – Secretaria Municipal de Administração:

EXERCÍCIO – 2024

Programa de Atividade:

04.122.2100.2006.0000-SEMAD

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

Fonte de Recursos: SERVIÇO DE TERCEIROS DE PESSOA JURIDICA.

Em eventuais prorrogações as despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Administração, para o exercício correspondente.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Deverá ser assegurado, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar a execução dos serviços.

Verificada qualquer irregularidade, a Contratante poderá suspender a execução dos serviços ou recusar a aceitação deles, cabendo à Contratada arcar com as despesas até então realizadas.

A Contratada será única e exclusivamente responsável por seus empregados, os quais deverão ser vinculados a ela, assumindo todos os encargos trabalhistas, previdenciários e recolhimento de tributos e taxas incidentes.

A Contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à operacionalidade do gerenciamento.

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133, de 2021, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

São João da Baliza 02 de agosto de 2024

Decreto nº GAB___/202__
Secretário Municipal de Administração

EM BRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
Av. São Paulo, nº 1077 – Centro – São João da Baliza - RR
CNPJ nº 04.056.248/0001-25 – Email semlic@sjb.rr.gov.br



ANEXO II

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.

0296/2024

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE / FAX:

EMAIL:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE IMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR.

Valor total global: R\$ XXX.XXX,XX (valor por extenso).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QUANT	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	...	und	...	...	...
...	...	und	...	...	...

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Não inferior a 60 dias

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**PRAZO E LOCAL DE
ENTREGA/EXECUÇÃO:**

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada; Apresentamos nossa proposta conforme o estabelecido no Edital.

Local, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Responsável

CPF:

EM BRANCO



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
Av. São Paulo, nº 1077 – Centro – São João da Baliza - RR
CNPJ nº 04.056.248/0001-25 – Email semlic@sjb.rr.gov.br



ANEXO III
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0296/2024
MODELO DE DECLARAÇÕES UNIFICADAS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ sediada (endereço completo), representada neste ato por _____ CPF: _____

DECLARA, para todos os fins de exercício do direito, especialmente para participação no processo licitatório em epígrafe:

- a) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, abstendo-se de atos que frustrem a finalidade da presente contratação;
- b) o enquadramento na condição de Microempresa
- c) ☐ e Empresa de Pequeno Porte
- d) ☐ e /ou Equiparadas
- e) ☐, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, no que couber.
- f) Em caso afirmativo, assinalar com “x” ☐;
- g) o pleno conhecimento e subordinação às condições gerais da contratação, direcionado aos princípios da boa – fé objetiva e interesse público, inerentes aos procedimentos de contratação pública;
- h) o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 63, inciso IV da Lei 14.133/21, se couber; e
- i) o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, no que tange à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

_____, _____ de _____ de _____.
(Município) (data)

Assinatura e carimbo
(Representante legal da empresa)

1944

1944

1944

1944

1944

1944

1944

1944

1944

EMBRANC

1944

1944

1944

1944

1944

1944





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
Av. São Paulo, nº 1077 – Centro – São João da Baliza - RR
CNPJ nº 04.056.248/0001-25 – Email semlic@sjb.rr.gov.br



ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 04.056.248/0001-25, com sede na Av. Perimetral Norte, s/nº, Centro, nesta cidade, neste ato representado pela Sra. XXXXX XXX, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade n.º XXXX SSP-RR, inscrita no CPF N.º XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado, a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com a sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, em XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - RR, neste ato representado pelo senhor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada de **CONTRATADO**, firmam este contrato conforme especificações contidas no **Processo nº. XXX/2024**, as quais as partes se sujeitam e resolvem celebrar o presente Termo de Contrato prestação de serviços de preparação, organização e condução de leilões públicos para alienação de bens móveis de propriedade da contratante, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 CONTRATAÇÃO DE IMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 Empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO, FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO:

- 3.1. O contratado será remunerado pelos serviços prestados à contratante por meio da taxa de comissão de 5% (cinco por cento) do valor de arrematação de cada bem móvel ou imóvel vendido, a ser paga pelo arrematante diretamente ao contratado, no ato do leilão.
- 3.2. Nenhum valor será devido, pela contratante ao contratado, pelos serviços prestados, sendo que o contratado, ao assinar este contrato, renuncia à comissão que seria de responsabilidade da contratante, prevista no artigo 24, do Decreto federal nº 21.981, de 1932.
- 3.3. É vedado ao contratado cobrar da contratante quaisquer sobretaxas em relação à remuneração estabelecida no caput, da Cláusula Terceira.
- 3.4. É vedado ao contratado cobrar do arrematante quaisquer valores relativos a reembolsos de despesas havidas com o leilão, sem expressa previsão no edital ou autorização da contratante.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

- 4.1. A vigência deste contrato será pelo prazo 12 (doze) meses, prorrogável por igual período a contar da data de sua assinatura, à critério da Administração e nos termos da Lei n.º 14.133/2021.
- 4.2. O contrato poderá ser reincidente a qualquer tempo pela Contratante, em razão de conveniência e oportunidade ou em razão do descumprimento de cláusulas contratuais por parte do contratante, reservado o direito da ampla defesa e contraditório.
- 4.3. O contrato poderá, ainda, ser reincidente à pedido do Contratado, mediante requerimento devidamente justificado e aceito pela Contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

5.1 A fiscalização da execução do contrato será exercida por meio de fiscal designado, pela contratante, para esse fim.

EMBRANC



CLÁUSULA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

6.1 Pelo descumprimento de cláusulas contratuais, garantida a prévia defesa, o contratado está sujeito à aplicação das seguintes penalidades, sem prejuízo, quando for o caso, da responsabilização nas esferas civil e criminal:

- I - Advertência;
- II - Multa, moratória e/ou indenizatória, nos seguintes percentuais:
 - a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o trigésimo dia, sobre o valor total da avaliação dos bens a serem leiloados;
 - b) 10 % (dez por cento) sobre o valor dos bens avaliados destinados a leilão, no caso de:
 - i. Recusa injustificada em executar o objeto;
 - ii. Prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização;
 - iii. Desatender às determinações da fiscalização.
 - c) 20% (vinte por cento) sobre o valor dos bens avaliados destinados a leilão, no caso de:
 - i. Ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços pactuados;
 - ii. Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé venha causar dano à CONTRATANTE, independente da obrigação do Leiloeiro em reparar os danos causados;
 - iii. Cometer faltas reiteradas na execução dos serviços contratados no prazo fixado;
 - iv. Executar os serviços em desacordo com as normas previstas no edital e seus anexos;
- II.1 - O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 30% (trinta por cento) do valor dos bens avaliados e destinados a leilão;
- II.2 - Caso o Leiloeiro Oficial contratado não tenha nenhum valor a receber, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua notificação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrito na Dívida Ativa da União, podendo, ainda, a Administração proceder à cobrança judicial da multa;
- II.3 As multas previstas neste item não eximem o Leiloeiro Oficial credenciado e contratado da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à CONTRATANTE.
- III - Resolução contratual; IV - Descredenciamento;
- V - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- VI - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS DE RESOLUÇÃO E RESILIÇÃO DO CONTRATO

7.1 Garantida a prévia defesa, o contrato será resolvido, a qualquer tempo, quando o contratado:

- I - Não se mantiver, durante a vigência do contrato, nas mesmas condições de habilitação que possibilitaram o seu credenciamento.
- II - Rejeitar qualquer bem móvel ou imóvel da contratante designado para leilão, sem apresentar as razões objetivas que justifiquem a sua conduta;
- III - Deixar de executar total ou executar parcialmente o objeto do contrato;
- IV - Descumprir total ou parcialmente quaisquer das obrigações e/ou responsabilidades previstas no contrato ou no edital;
- V - Atrasar, injustificadamente, a execução do objeto do contrato;
- VI - Atrasar, injustificadamente, a entrega de relatório de leilão à contratante;
- VII - Cometer reiteradamente faltas ou falhas na execução dos serviços contratados;
- VIII - Demonstrar

EMBRANCO



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
Av. São Paulo, nº 1077 – Centro – São João da Baliza - RR
CNPJ nº 04.056.248/0001-25 – Email semlic@sjb.rr.gov.br



- IX - Divulgar, sem autorização, informações do interesse exclusivo da contratante, obtidas em decorrência da contratação, ou que consubstanciam violação de sigilo;
- X - Estabelecer entendimento com a parte adquirente sem autorização ou ciência da contratante;
- XI - Prejudicar, por culpa grave, interesse da contratante que lhe foi confiado;
- XII - Acarretar, conscientemente, por ato próprio, a anulação ou a nulidade do leilão em que funcione; XIII - Abandonar o leilão sem justo motivo;
- XIV - Deixar de cumprir, no prazo estabelecido, determinação emanada pela contratante em matéria da competência do contratado, depois de expressamente cientificado;
- XV - Solicitar ou receber qualquer importância para atuação ilícita ou desonesta na execução do objeto do contrato; XVI - Receber valores do adquirente ou de terceiros, relacionados com o objeto do contrato, sem expressa autorização da contratante;
- XVII - Locupletar-se à custa da contratante ou do adquirente, por si ou interposta pessoa;
- XVIII - Recusar-se, injustificadamente, a prestar contas, à contratante, das quantias recebidas em decorrência do leilão realizado;
- XIX - Manter conduta incompatível com a função de leiloeiro público oficial; e,
- XX - Tornar-se inidôneo para o exercício da função de leiloeiro público oficial.
- PARÁGRAFO ÚNICO:** Qualquer das partes pode solicitar a rescisão do contrato, a qualquer tempo, mediante manifestação escrita encaminhada à outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

8.1 A alteração contratual é permitida, por acordo entre as partes, quando cabível nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

9.1 O contrato está vinculado, para efeitos legais, ao Edital nº 000/2024/SEMAD.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 São obrigações da Contratante:

- Fiscalizar este contrato, quanto ao exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas, como lhe aprouver;
- II - Avaliar os preços mínimos estipulados pelo contratado dos bens a serem vendidos;
- III - Fornecer ao contratado, quando solicitado, a comprovação de quitação dos tributos incidentes sobre os bens a serem vendidos.
- IV - Fornecer ao contratado os documentos e as informações necessários à execução do objeto contratual;
- V - Fornecer a documentação, que for de sua responsabilidade, necessária para transferência da propriedade dos bens vendidos aos arrematantes.
- VI - Entregar aos arrematantes os bens vendidos, no estado em que se encontram, com a apresentação da nota de venda emitida pelo contratado;
- VII - Propiciar condições que favoreçam a execução do objeto do contrato pelo contratado;
- VIII - Requisitar, ao contratado, as informações relacionadas ao leilão;
- IX - Permitir ao contratado acesso aos locais onde se encontram os bens que serão leiloados, em dias, horários previamente acordados;
- X - Exigir do contratado, caso esse ainda não tenha feito no prazo de até 15 (quinze) dias após a realização de cada leilão, a prestação de contas e apresentação do relatório informando os nomes, endereços e telefones dos arrematantes, a descrição dos bens arrematados, o valor mínimo estipulado e o valor pelo qual o bem foi vendido, anexando notas de vendas dos bens vendidos;
- XI - Exigir do contratado, caso esse ainda não tenha feito, a adoção das medidas administrativas e legais cabíveis, na hipótese de o arrematante não efetuar o pagamento no prazo marcado; e

EMBRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
Av. São Paulo, nº 1077 – Centro – São João da Baliza - RR
CNPJ nº 04.056.248/0001-25 – Email semlic@sjb.rr.gov.br



do valor correspondente à venda dos bens, a comprovação do repasse dos respectivos valores.

XIII - Realizar, a qualquer tempo, inspeção das instalações para a verificação das condições de guarda dos bens depositados;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1 São obrigações do Contratado, além das previstas no edital:

- I - Executar todos os atos necessários à preparação, organização e condução de leilões de bens móveis de propriedade da contratante;
- II - Cumprir as instruções ou ordens declaradas pela contratante;
- III - Realizar os leilões nas datas, horas e locais estipulados;
- IV - Realizar o leilão presencial e/ou, simultaneamente, por meio da internet, de modo a permitir aos interessados – cadastrados em sistema virtual (on-line) seguro, confiável e auditável – efetuarem lances por intermédio da internet em tempo real, durante o pregão, em igualdade de condições com os interessados habilitados presentes no local do pregão, na disputa pelos lotes do leilão;
- V - Respeitar os preços mínimos, estipulados pela contratante, pelos quais os bens deverão ser leiloados;
- VI - Responsabilizar-se pela indenização correspondente ao dano, no caso de incêndio, quebras ou extravios ocorridos com os bens que estiverem sob sua guarda;
- VII - Comunicar à contratante, formalmente, o recebimento dos bens que lhe tiverem sido confiados para venda;
- VIII - Dar publicidade ao Leilão na Internet;
- IX - Divulgar o edital dos leilões de forma ampla ao público em geral, por meio de material impresso, mala direta, publicações em jornais e na rede mundial de computadores, inclusive com imagens reais dos bens nesse canal de comunicação, para melhor aferição de suas características e de seu estado de conservação;
- X - Exibir, sempre, ao se iniciar o leilão, a carteira de exercício profissional ou o título de habilitação, fornecidos pela Junta Comercial do Estado de Roraima (JUCERR);
- XI - Fazer conhecidas, antes de começarem o ato do leilão, as condições da venda, a forma e o prazo do pagamento e da entrega dos objetos que vão ser apreçados, o estado e qualidade desses objetos, principalmente quando há ônus sobre o bem que pela simples intuição, não puderem ser conhecidos facilmente, assim como o seu peso, medida ou quantidade, quando o respectivo valor estiver adstrito a essas indicações, sob pena de incorrer o contratado na responsabilidade, que no caso couber, por fraude, dolo, simulação ou omissão culposa;
- XII - Receber dos compradores, no prazo estipulado em leilão, as importâncias correspondentes ao valor de arremate, fornecendo aos arrematantes a quitação dos pagamentos efetuados;
- XIII - Adotar as medidas administrativas e legais cabíveis, na hipótese de o arrematante não efetuar o pagamento no prazo marcado;
- XIV - Realizar o repasse à contratante, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após o pagamento realizado pelo arrematante, dos valores correspondentes às importâncias obtidas nos leilões com a venda dos bens;
- XV - Fornecer à contratante informações ou esclarecimentos, relacionados ao leilão, que forem requisitados;
- XVI - Assumir a posição de consignatário ou mandatário, na ausência da contratante, dos bens que tiverem que ser vendidos;
- XVII - Exigir, quando for o caso, da contratante a comprovação de quitação dos tributos incidentes sobre os bens a serem leiloados;
- XVIII - Prestar contas e apresentar relatório à contratante, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a realização de cada leilão, informando os nomes, endereços e telefones dos arrematantes, a descrição dos bens arrematados, o valor mínimo estipulado e o valor pelo qual o bem foi vendido, anexando as notas de vendas;
- XIX - Pagar toda e qualquer indenização por danos pessoais, morais, materiais, lucros cessantes, trabalhistas causados à contratante ou a terceiros, por sua culpa ou de seus prepostos, decorrentes da execução dos serviços contratados;
- XX - Recolher os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do

EM BRANCH



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
Av. São Paulo, nº 1077 – Centro – São João da Baliza - RR
CNPJ nº 04.056.248/0001-25 – Email semlic@sjb.rr.gov.br



- responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- XXI - Exercer pessoalmente suas funções profissionais em razão da execução do objeto contratual, não podendo delegá-las ao seu preposto, senão por moléstia ou impedimento ocasional;
- XXII - Dispensar igual tratamento a todos os bens a serem leiloados, tanto na publicidade como, principalmente, na tarefa de identificar os possíveis interessados, independentemente do seu valor e da sua liquidez;
- XXIII - Disponibilizar aos interessados, em seu escritório ou no endereço de visitação dos bens, folhetos ou outros tipos de impressos, em quantidade compatível com o número de lotes e a estimativa de pessoas interessadas;
- XXIV - Identificar os bens a serem leiloados até a véspera do dia agendado para realizar o leilão;
- XXV - Arcar com as despesas relativas à prestação dos serviços;
- XXVI - Remeter, a possíveis interessados, cópia do edital do leilão;
- XXVII - Afixar faixas no local da realização do leilão de modo a facilitar, aos interessados, a identificação e o acesso;
- XXVIII - Disponibilizar, no dia do leilão, número suficiente de colaboradores, facilmente identificáveis e capacitados para o bom desempenho do leilão;
- XXIX - Disponibilizar local adequado para acomodação dos interessados, devendo ser dotado de sanitários, área coberta;
- XXX - Providenciar os meios necessários para garantir a segurança dos bens a serem leiloados, dos interessados e demais pessoas envolvidas no evento nos dias em que ocorrerem os leilões;
- XXXI - Disponibilizar materiais de escritório, mesas e cadeiras em quantidade suficiente para a realização do leilão;
- XXXII - Conduzir o leilão com dinamismo, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- XXXIII - Utilizar-se de seus equipamentos para as preleções de áudio durante a realização do leilão;
- XXXIV - Adotar as providências necessárias para o recebimento dos valores referentes aos bens vendidos;
- XXXV - Dispor de sistema informatizado que permita o cadastro dos interessados, impressão de notas de venda em leilão, emissão eletrônica das notas de arrematação e controles administrativos;
- XXXVI - Envidar esforços no sentido de efetuar a venda de todos os bens em leilão;
- XXXVII - Informar à contratante, logo após a conclusão do leilão, os lotes arrematados com os respectivos valores de alienação;
- XXXVIII - Responsabilizar-se pela observância e cumprimento de todas as disposições legais pertinentes à realização do leilão, obrigando-se a reparar quaisquer danos decorrentes de erro, falha, omissão ou irregularidade;
- XXXIX - Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na legislação pertinente;
- XL - Dar ciência à contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- XLI - Manter sigilo das informações que porventura lhe serão disponibilizadas em razão da execução do objeto contratual, sendo defeso seu uso, divulgação, ou reprodução sob qualquer pretexto.
- XLII - Comparecer ao local da hasta pública com antecedência necessária ao planejamento das atividades;
- XLIII - Emitir laudos de avaliação dos bens a serem leiloados, quando requisitado pelo contratante;
- XLIV - Pagar os tributos federais, estaduais, municipais, inclusive multas, seguros, contribuições e outros encargos decorrentes deste contrato, exceto aqueles tributos que, por força de legislação específica, forem de responsabilidade da contratante;
- XLV - Cumprir com as obrigações previstas em lei aplicadas ao objeto deste contrato.

EM BRANCO



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
Av. São Paulo, nº 1077 – Centro – São João da Baliza - RR
CNPJ nº 04.056.248/0001-25 – Email semlic@sjb.rr.gov.br



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de São Luiz do Anauá/RR.

São João da Baliza/RR, xxx de xxxx de xxxx

PELA CONTRATANTE:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeita Municipal

PELA CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EM BRANC

ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA



SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E
CONVÊNIOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 296/2024
DISPENSA FÍSICA Nº. 017/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR**, inscrito no CNPJ 04.056.248/0001-25, com sede na Av. Perimetral Norte, s/nº, Centro, São João da Baliza/RR, por intermédio da Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Convênios (SEMLIC), torna público que realizará dispensa física, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos Artigo nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 030, de 15 de janeiro de 2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

Objeto:	Contratação de Empresa Especializada para Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA
Data limite da apresentação das Propostas:	Dia 21/11/2024, até às 09:00 h
Referência de Horário:	De Brasília
Endereço, para Protocolo das Propostas e documentos de habilitação	Sede Administrativa da Prefeitura, Avenida Perimetral Norte, s/nº, Centro, São João da Baliza/RR
Email para obtenção do Aviso e seus anexos:	semlic@sjb-rr.gov.br

ATESTO A VERACIDADE DESTES
DOCUMENTOS CONFORMES
CONSULTA VIA INTERNET

São João da Baliza/RR, 14 de novembro de 2024.

DAVI ALEXANDRE FERREIRA DOS REIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Luis Paulo de Oliveira
Código Identificador:14195FA3

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Roraima no dia 18/11/2024. Edição 2276
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amr/>



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS



DESPACHO



A PROCURADORIA,

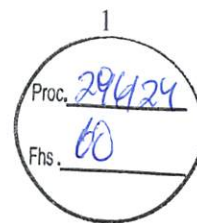
Remeto os autos para análise e emissão de Parecer Jurídico quanto a DISPENSA 017/2024, Processo Administrativo Nº 0296/2024, com fulcro na Lei Federal 14.133/2021.

São João da Baliza/RR, 15 de novembro de 2024.

JACKES KLEN DE ARAÚJO SILVA
MEMBRO DA SELIMC/PMSJB/RR



Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



PARECER JURÍDICO

PROCESSO N.º: 0296/2024

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO- SEMAD

DISPENSA N.º 017/2024

I- RELATÓRIO

Vieram os autos a esta Assessoria Jurídica o Processo Administrativo n.º 0386/2024, encaminhado pela Secretária Municipal de SAÚDE - SEMSA, para análise e parecer sobre a observância das formalidades legais da licitação na modalidade DISPENSA n.º 026/2024, que versa sobre a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS- LDO E SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL-LOA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA-RR**

Encontram-se os autos instruídos, dentre outros, com os seguintes documentos:

- a) Termo de Abertura de Processo
- b) Documento de formalização de demanda;
- c) Análise de Risco
- d) Cotações
- e) Estudo Técnico Preliminar;
- f) Termo de Referência
- g) Justificativa
- h) Autorização;
- i) Decreto da Comissão de Licitação;

É o que há de mais relevante para relatar.

II- APRECIÇÃO JURÍDICA

Inicialmente, cumpre ressaltar que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à



The following information was obtained from a confidential source who has provided reliable information in the past. The source has provided information that is reliable and accurate.

The source has provided information that is reliable and accurate. The source has provided information that is reliable and accurate. The source has provided information that is reliable and accurate.

The source has provided information that is reliable and accurate. The source has provided information that is reliable and accurate. The source has provided information that is reliable and accurate.

The source has provided information that is reliable and accurate. The source has provided information that is reliable and accurate. The source has provided information that is reliable and accurate.

The source has provided information that is reliable and accurate. The source has provided information that is reliable and accurate. The source has provided information that is reliable and accurate.

The source has provided information that is reliable and accurate. The source has provided information that is reliable and accurate. The source has provided information that is reliable and accurate.

EMBRANC

The source has provided information that is reliable and accurate. The source has provided information that is reliable and accurate. The source has provided information that is reliable and accurate.

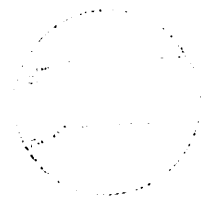
The source has provided information that is reliable and accurate. The source has provided information that is reliable and accurate. The source has provided information that is reliable and accurate.

The source has provided information that is reliable and accurate. The source has provided information that is reliable and accurate. The source has provided information that is reliable and accurate.

The source has provided information that is reliable and accurate. The source has provided information that is reliable and accurate. The source has provided information that is reliable and accurate.

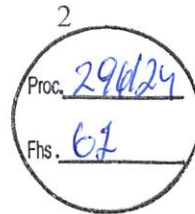
CONFIDENTIAL

The following information was obtained from a confidential source who has provided reliable information in the past. The source has provided information that is reliable and accurate.





Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

O procedimento licitatório destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Assim, em se tratando das contratações feitas pelo Ente Público, deve-se observar a impessoalidade, a eficiência, a publicidade, a moralidade e a legalidade, de forma a se realizar qualquer contratação em vista de se despendar o erário público da forma mais eficiente e que melhor atenda o interesse público, o que se consubstancia no alcance da proposta mais vantajosa.

Em regra, a Constituição Federal determinou no art. 37, inciso XXI, que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública devem ser precedidos por licitação, como se pode extrair da transcrição da redação do dispositivo ora citado:

Art. 37. (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Contudo, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, poderá ser dispensada a licitação para aquisições que envolva valores inferiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme o estipulado nos termos do Art.75, inciso II, da mesma Lei de Licitações.

No presente caso, a justificativa apresentada para a contratação direta foi o critério valorativo do serviço a ser contratado, de modo a implicar que a realização de procedimento de licitação para a contratação deste seria medida desarrazoada, haja vista seu valor



EMBRANC



Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



diminuto. Portanto, os critérios e requisitos legais a serem preenchidos para amoldar o caso concreto à hipótese permissiva excepcional são os seguintes, previstos na supramencionada lei:

Art. 75. É dispensável a licitação: (...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Considerando, ainda, que o Decreto 11.871/23 atualizou os valores estabelecidos pela Lei nº 14.133/21, modificando o valor previsto no Art. 75, inciso II para R\$59.906,02 (cinquenta e nove mil e novecentos e seis reais e dois centavos).

Ao verificar os dados acima, tomando por base o valor estimado para o certame, infere-se que o referido valor de R\$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais) se enquadra legalmente na dispensa de licitação. Não havendo, portanto, óbices jurídicos quanto a estes aspectos.

Outrossim, há a exigência de documentos a serem apresentados para a realização de contratações diretas, conforme determina o Art. 72 da Lei 14.133/2021. Assim vejamos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado; VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Vê-se, assim, que o Município realizou cotação de preços, considerando os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, em consonância com o Art. 23 da Lei 14.133/21. Demonstrou, também, que a empresa contratada preenche os requisitos de habilitação.



...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

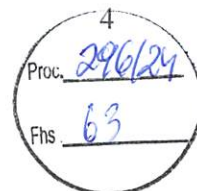
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...
...the ...

EM BRANCY





Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



Além disso, vislumbra-se do restante da documentação colacionada, que foram apresentados todos os documentos necessários. Respeitando-se, assim, o que a lei estabelece para a legalidade das contratações diretas.

No que tange à minuta do contrato e sua concordância com as imposições do Art. 92 da Lei 14.133/2021, observa-se a obrigatoriedade da abordagem das seguintes cláusulas:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
- III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;
- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
- XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;



EMBRANC



Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

Por fim, da análise da minuta do contrato vinculado ao instrumento convocatório entende-se que os requisitos mínimos do Art. 92 da Lei licitações foram atendidos, havendo o atendimento aos preceitos legais, bem como a observância das minúcias necessárias a adequada prestação do serviço, conforme demanda da administração pública, dentro das especificações contidas no edital.

Feitas estas premissas, infere-se que o procedimento para realização da licitação, até o presente momento, encontra-se em conformidade com os parâmetros legais, não havendo obstáculos jurídicos à sua abertura.

Desta feita, entendemos que o procedimento atendeu as exigências previstas na legislação atinente.

III – CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, diante da documentação acostada aos autos, esta Procuradoria Jurídica entende pela possibilidade da dispensa de licitação e aprovação da minuta do contrato, pelo que se conclui e se opina pela aprovação e regularidade do processo adotado até o presente momento, estando cumpridos todos os requisitos exigidos legalmente, recomendando-se a continuidade da presente Dispensa de Licitação, haja vista a ausência de óbice jurídico para tanto.

À consideração superior.

É o parecer

São João da Baliza, 18 de novembro de 2024.

MATHEUS BRINIER DE ABREU
PROCURADOR JURÍDICO

Decreto 072/2022

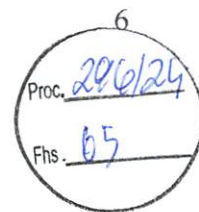
OAB-RR1453



EM BRANC(



Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



DESPACHO

À SEMLIC,

(i) Com parecer.

MATHEUS BRINIER DE ABREU

PROCURADOR JURÍDICO

Decreto 072/2022

OAB-RR1453

EM BRANCO



EM BRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONÊNIOS



REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS



Presado Senhor,
Representante Legal: THARSUS UAILAN BRASIL DE OLIVEIRA.

Vimos por intermédio desta, informar um pedido de retirada do documento que a Prefeitura Municipal de São João da Baliza-RR, após análise de documento da empresa interessada posso fornecer, a empresa G.M. BUENO BRASIL & CIA LTDA - EPP, habilitação abaixo relacionados:

- **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.**
- **ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.**
- **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURIDICA.**
- **DOCUMENTO PESSOAL DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA E DADOS BANCÁRIOS.**
- **PROVA DE REGULARIDADE COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL.**
- **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS E CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE FGTS.**
- **PROPOSTA DE PREÇOS DA EMPRESA.**

SÃO JOÃO DA BALIZA 18 DE NOVEMBRO DE 2024

.....
LUIZ PAULO DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

UNITED STATES DEPARTMENT OF COMMERCE
BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS

WASHINGTON, D. C. 20540

1957

1957-1958 FISCAL YEAR

EM BRANCO

UNITED STATES DEPARTMENT OF COMMERCE
BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS
WASHINGTON, D. C. 20540
1957-1958 FISCAL YEAR
UNITED STATES DEPARTMENT OF COMMERCE
BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS
WASHINGTON, D. C. 20540
1957-1958 FISCAL YEAR
UNITED STATES DEPARTMENT OF COMMERCE
BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS
WASHINGTON, D. C. 20540
1957-1958 FISCAL YEAR

UNITED STATES DEPARTMENT OF COMMERCE
BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS
WASHINGTON, D. C. 20540
1957-1958 FISCAL YEAR

UNITED STATES DEPARTMENT OF COMMERCE
BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS
WASHINGTON, D. C. 20540
1957-1958 FISCAL YEAR

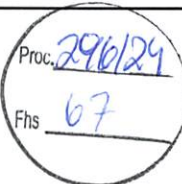
UNITED STATES DEPARTMENT OF COMMERCE

UNITED STATES DEPARTMENT OF COMMERCE
BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS
WASHINGTON, D. C. 20540
1957-1958 FISCAL YEAR



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado da Fazenda de Roraima

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

14200142960

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Roraima

Nome: G M BUENO BRASIL & CIA LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



RRN2133715463

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

BOA VISTA

Local

28 Julho 2021

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

_____/_____/_____
Data

☐ NÃO

_____/_____/_____
Data

Responsável

☐ NÃO

_____/_____/_____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

CONFERE COM ORIGINAL



Junta Comercial do Estado de Roraima

Certifico registro sob o nº 529552 em 03/08/2021 da Empresa G M BUENO BRASIL & CIA LTDA, CNPJ 14466742000111 e protocolo 210091801 - 27/07/2021. Autenticação: F1FA596FACF491C6BFA8ADC926826688A01C2. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucerr.rr.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/009.180-1 e o código de segurança DISv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2021 por Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral.

100-100000

EM BRANC

100-100000



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA

Registro Digital



Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/009.180-1	RRN2133715463	27/07/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
027.846.702-44	GLADYS MATILDE BUENO BRASIL	02/08/2021

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br

Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Servidor Público

014.224.772-31	THARSUS UAILAN BRASIL DE OLIVEIRA	02/08/2021
----------------	-----------------------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br

Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking

CONFERE COM ORIGINAL



Junta Comercial do Estado de Roraima

Certifico registro sob o nº 529552 em 03/08/2021 da Empresa G M BUENO BRASIL & CIA LTDA, CNPJ 14466742000111 e protocolo 210091801 - 27/07/2021. Autenticação: F1FA596FACF491C6BFA8ADC926826688A01C2. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucerr.rr.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/009.180-1 e o código de segurança DISv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2021 por Marcos de Meira Lins Filho – Secretário-Geral.

EM BRANC

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
DENOMINADA
"G M BUENO BRASIL & CIA LTDA"**



GLADYS MATILDE BUENO BRASIL, brasileira, viúva, contadora, identidade nº 14103-SSP-RR, CPF nº 027.846.702-44, residente e domiciliado na Rua do Cupuaçuzeiro, nº 20, bairro, Caçari, Boa Vista – RR, Cep: 69307-450. **THARSUS UAILAN BRASIL DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, data de nascimento 24/04/1994, Advogado, identidade nº 25901575-SSP-AM, CPF nº 014.224.772-31, residente e domiciliado na Rua do Cupuaçuzeiro, nº 20, bairro, Caçari, Boa Vista – RR, Cep: 69307-450, na qualidade de únicos sócios da sociedade limitada denominada: **G M BUENO BRASIL & CIA LTDA**, inscrita na **Junta Comercial do Estado de Roraima - JUCERR**, sob **NIRE 1420014296-0**, e no **CNPJ sob nº 14.466.742/0001-11**, resolvem de comum acordo efetuar a primeira alteração contratual, de acordo com as cláusulas e condições abaixo transcritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A partir dessa data a administração da Sociedade será exercida pelo sócio: **THARSUS UAILAN BRASIL DE OLIVEIRA**, que fará uso da firma exclusivamente em negócios sociais sendo proibido o fornecimento de fianças, avais, endossos, abonos ou quaisquer documentos de favor ou benefícios de terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA: À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

*Cláusula Primeira - A sociedade gira sob a denominação social de: **G M BUENO BRASIL & CIA LTDA**, e com o nome de fantasia de **ESCORPO – GESTÃO PÚBLICA***

Cláusula Segunda – A sociedade tem sede na Rua do Cupuaçuzeiro, nº 20, - Salas 01, 02 e 03, bairro Caçari, município de Boa Vista, estado de Roraima, CEP: 69307-450. A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, em qualquer parte do país, se assim, em conjunto, decidirem os sócios, mediante alteração contratual assinada por todos.

Cláusula Terceira – O objeto da sociedade é ATIVIDADE DE CONTABILIDADE, COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGO DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA, DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA, TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET, DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS, ATIVIDADE DE CONSULTORIA E AUDITORIA CONTABIL E TRIBUTÁRIA.

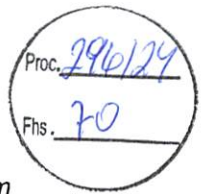
Cláusula Quarta – A sociedade iniciou suas atividades em: 11/05/1987, e o seu prazo de duração é indeterminado.

CONFERE COM ORIGINAL



EMBRANC

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
DENOMINADA
"G M BUENO BRASIL & CIA LTDA"**



Cláusula Quinta – O capital social será de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), dividido em 200.000 (Duzentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um reais) cada uma, totalmente integralizados em moeda corrente do País, assim distribuído entre os Sócios:

- A Sócia **GLADYS MATILDE BUENO BRASIL**, possui **120.000 (cento e vinte mil)** quotas do capital social totalizando em **R\$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS)**;
- O Sócio **THARSUS UAILAN BRASIL DE OLIVEIRA**, possui **80.000 (oitenta mil)** quotas do capital social totalizando em **R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)**;

Cláusula Sexta – A responsabilidade dos sócios é solidária e limitada à importância total do Capital Social, integralizado, nos termos do Art. 1.052 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Cláusula Sétima – A administração da sociedade será exercida pelo sócio **THARSUS UAILAN BRASIL DE OLIVEIRA**, respondendo pela empresa, judicial e extrajudicialmente, em juízo ou fora dele, em conjunto ou individual, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Cláusula Oitava – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas no todo ou em parte a terceiros, sem expresse consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Nova – O exercício social coincidirá com o ano civil. Ao término de cada exercício, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração das demonstrações financeiras, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Cláusula Décima – Em caso de morte de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida e continuará sendo gerida pelo sócio remanescente ou pelos herdeiros. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, os valores de seus haveres serão apurados e liquidados com base na situação patrimonial da empresa. O mesmo procedimento será adotado em qualquer dos casos em que a sociedade se resolva em relação a um dos sócios.

Cláusula Décima Primeira – Pode o sócio ser excluído, quando a maioria dos sócios representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo

CONFERE COM ORIGINAL



Handwritten text, possibly a signature or date.

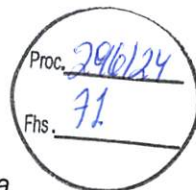
Handwritten text, possibly a date or initials.

EM BRANC



**PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
DENOMINADA
"G M BUENO BRASIL & CIA LTDA"**

em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa segundo artigo 1.085 do CC/2002.



Cláusula Décima Segunda – O administrador declara, sob as penas da lei, que não está incurso em quaisquer crimes previstos em lei ou restrições legais, que o impeça de exercer atividade empresarial conforme artigo 1.011, 1º do CC/2002.

Cláusula Décima Terceira – As partes elegem o foro da Comarca de Boa Vista-RR, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento contratuais, bem como para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em via única.

Boa Vista RR, 22 de julho de 2021.

GLADYS MATILDE BUENO BRASIL
Sócia

THARSUS UAILAN BRASIL DE OLIVEIRA
Sócio - Administrador

CONFERE COM ORIGINAL



EM BRANC



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA

Registro Digital



Documento Principal

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/009.180-1	RRN2133715463	27/07/2021

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome	Data Assinatura
027.846.702-44	GLADYS MATILDE BUENO BRASIL	02/08/2021

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br

Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Servidor Público

014.224.772-31	THARSUS UAILAN BRASIL DE OLIVEIRA	02/08/2021
----------------	-----------------------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br

Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking

CONFERE COM ORIGINAL



Junta Comercial do Estado de Roraima

Certifico registro sob o nº 529552 em 03/08/2021 da Empresa G M BUENO BRASIL & CIA LTDA, CNPJ 14466742000111 e protocolo 210091801 - 27/07/2021. Autenticação: F1FA596FACF491C6BFA8ADC926826688A01C2. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucerr.rr.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/009.180-1 e o código de segurança DISv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2021 por Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral.

EM BRANCO



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governo do Estado de Roraima
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Roraima
Junta Comercial do Estado de Roraima



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa G M BUENO BRASIL & CIA LTDA, de CNPJ 14.466.742/0001-11 e protocolado sob o número 21/009.180-1 em 27/07/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 529552, em 03/08/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Fyama Maria Pimentel Barreiros.

Certifica o registro, o Secretário Geral, MARCOS DE MEIRA LINS FILHO. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://projetointegrar.jucerr.rr.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
027.846.702-44	GLADYS MATILDE BUENO BRASIL	02/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Servidor Público		
014.224.772-31	THARSUS UAILAN BRASIL DE OLIVEIRA	02/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
014.224.772-31	THARSUS UAILAN BRASIL DE OLIVEIRA	02/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		
027.846.702-44	GLADYS MATILDE BUENO BRASIL	02/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Servidor Público		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 28/07/2021



Documento assinado eletronicamente por Fyama Maria Pimentel Barreiros, Servidor(a) Público(a), em 03/08/2021, às 09:50.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucerr](http://portal.de.servicos.da.jucerr) informando o número do protocolo 21/009.180-1.

CONFERE COM ORIGINAL



Junta Comercial do Estado de Roraima

Certifico registro sob o nº 529552 em 03/08/2021 da Empresa G M BUENO BRASIL & CIA LTDA, CNPJ 14466742000111 e protocolo 210091801 - 27/07/2021. Autenticação: F1FA596FACF491C6BFA8ADC926826688A01C2. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucerr.rr.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/009.180-1 e o código de segurança DISv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2021 por Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral.

EM BRANC



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA
Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
664.933.154-68	MARCOS DE MEIRA LINS FILHO

EM BRANCO

CONFERE COM ORIGINAL

Boa Vista, terça-feira, 03 de agosto de 2021



Junta Comercial do Estado de Roraima

Certifico registro sob o nº 529552 em 03/08/2021 da Empresa G M BUENO BRASIL & CIA LTDA, CNPJ 14466742000111 e protocolo 210091801 - 27/07/2021. Autenticação: F1FA596FACF491C6BFA8ADC926826688A01C2. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucerr.rr.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/009.180-1 e o código de segurança DISv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2021 por Marcos de Meira Lins Filho – Secretário-Geral.

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26

EM BRANC

PROIBIDO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2306505704

2306505704

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
YRANUS DAILAN BRASILI DE OLIVEIRA

DOC. IDENTIDADE (ÓRG. EMISSOR):
12330 OAB AM

CPF
014.224.772-31

DATA NASCIMENTO
24/04/1994

PLAÇÃO
AILAN DE OLIVEIRA
SILVA
CIRCE BUENO BRASILI

Nº REGISTRO
05565331934

VALIDADE
08/09/2031

1ª HABILITAÇÃO
14/08/2012

PROFISSIONAL
E

CATEGORIA
E

OBSERVAÇÕES
A

LOCAL
BOA VISTA, RR

ASSINATURA DO PORTADOR

ASSINATURA DO EMISSOR

DATA DE EMISSÃO
08/09/2021

50314691628
RR211082376

RORAIMA

CONFERE COM ORIGINAL

Proc. 296124
Fis. 75

EM BRANCO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO ODILIO CRUZ

Podagar Direto

Carteira de Identidade

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 14103 DATA DE EXEDCOM 06/08/2018

NOME GLADYS MATILDE BUENO BRASIL

FILIAÇÃO VERLEI SILVA BUENO
SELVA ROSSI BUENO

NATURALIDADE PORTO ALEGRE - RS DATA DE NASCIMENTO 13/10/1953

SEAC, OBRIGADO CERTO CAS 2411 FLS 128 LIV 8-019
1º OF BOA VISTA - RR

027.846.702-44 2ª VIA AMADEU ROCHA TRIANI
PIS 17006348798

LEI Nº 7.116 DE 29-08/93

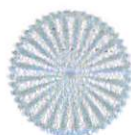
Proc. 29624
Fhs. 76

CONFERE COM ORIGINAL

EM BRANC

10/10/10





ESCOPO
Escritório de Serviços e Consultoria

14.466.742/0001-11
G M BUENO BRASIL & CIA LTDA-EPP
Rua do Cupuaçuzeiro, 26 - Sala 01, 02 e 03 - Capr II
CEP: 69.307-450
Boa Vista RR

PROPOSTA DE PREÇO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA-RR.

Assunto: Proposta de serviços para prestação de assessoria técnica na sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, junto ao Município de São João da Baliza/RR.

Proposta que faz G. M. BUENO BRASIL & CIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ 14.466.742/0001-11, domiciliado na Rua do Cupuaçuzeiro, nº 20, sala 1, 2 e 3, bairro Caçari, Boa Vista/RR.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Serviço de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, junto ao município de São João da Baliza/RR.	SERV.	01	R\$ 17.000,00	17.000,00
02	Serviço de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, junto ao município de São João da Baliza/RR.	SERV.	01	R\$ 22.000,00	22.000,00

Valor Global da Proposta: R\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais).

- a) **Prazo de execução:** Conforme Termo de Referência.
- b) **Local de execução:** Conforme Termo de Referência.
- c) **Validade da proposta:** 60 (sessenta) dias.
- d) **Dados Bancários:** Banco Brasil / Agência: 2617-4 / Conta: 42.805-1

Boa Vista/RR, 21 de novembro de 2024.

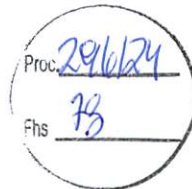
G. M. BUENO BRASIL & CIA LTDA - EPP
CNPJ nº 14.466.742/0001-11

Arão Marcos dos Santos Sousa
CPF: 787.452.842-53
Produtor

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: G M BUENO BRASIL & CIA LTDA
CNPJ: 14.466.742/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

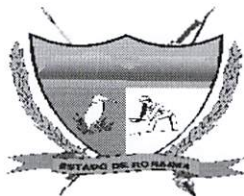
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:02:50 do dia 19/08/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 15/02/2025.

Código de controle da certidão: **DD82.2199.0802.9DB0**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ATESTO A VERACIDADE DESSE
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

Handwritten notes in the top right corner, possibly a date or reference number.

EM BRANC



Estado de Roraima
Secretaria de Estado da Fazenda
Departamento da Receita
"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"

CERTIDÃO NEGATIVA DE OBRIGAÇÕES E DÉBITOS TRIBUTÁRIOS - CND

CGF/CPF/CNPJ	Nome / Razão Social
14.466.742/0001-11	G M BUENO BRASIL & CIA LTDA

É certificado que não foram identificadas pendências em seu nome relativos a tributos/obrigações administradas pela Secretaria de Estado da Fazenda, apurados conforme Portaria SEFAZ/GAB nº 367/2011 publicada no D.O.E nº 1562 do dia 08/06/2011.

Esta certidão não abrange débitos ainda não processados, ressalva-se pois, o direito de a Fazenda Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

Data de emissão: 30/10/2024

Validade: 28/01/2025

A informação do NOME e CNPJ/CPF acima são de responsabilidades do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

A pessoa ou entidade requisitante da certidão é quem está apta a responder se esta é ou não adequada à finalidade a que se destina;

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade, conforme código de Autenticação, podendo a mesma ser verificada no website da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ RR, no endereço: <https://www.sefaz.rr.gov.br/>

Código de Autenticação: 014149

As pessoas ou entidades receptoras da certidão on-line, deverão como princípio de cautela, não admitir outra página de validação que não seja a da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ RR, e, ainda verificar se os documentos pessoais do portador da certidão condizem com os dados nesta informados;

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ATESTO A VERACIDADE DESTA
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

EMBRANC



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Departamento de Tributos

Rua Coronel Pinto, 188 - Centro

BOA VISTA - RR - CEP: 69301-150

FONE(S): 95 3621 1653 CNPJ/MF: 05.943.030/0001-55



**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS
COM EFEITOS DE NEGATIVA**

Nº 006701/2024

Nome/Razão Social: **G M BUENO BRASIL & CIA LTDA**

Nome Fantasia: **ESCOPO- GESTAO PUBLICA**

Inscrição Municipal: **009012.3**

CPF/CNPJ: **14.466.742/0001-11**

Endereço:

RUA DO CUPUACUZEIRO, 20 SALA 01,02 E 03 CAÇARI

BOA VISTA - RR - CEP: 69307-450

CONFORME DISPOSTO NO ART. 206 DA LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, ESTE DOCUMENTO TEM OS MESMOS EFEITOS DA CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA DE ACORDO COM O ART. 205 DO REFERIDO CÓDIGO, POR EXISTIREM EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADOS DÉBITOS PARCELADOS E/OU COM EXIGIBILIDADE SUSPensa RESSALVANDO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL DE COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE.

Data de Emissão: **27/11/2024**

Validade: **30 (TRINTA DIAS *****)**

Esta certidão abrange somente o contribuinte acima identificado.

Observações:

Código de controle da certidão: **3100001646660000005139030006701202411277**



Emissor: **EDSON**

Atenção: Qualquer rasura tornará o presente documento nulo.

ATESTO A VERACIDADE DEST
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 26

EM BRANC



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SETOR DE RECEITAS E TRIBUTOS
AVENIDA SÃO PAULO, 1077 - CENTRO
SÃO JOÃO DA BALIZA - RR - CEP: 69375-000
FONE(S): CNPJ/MF: 04.056.248/0001-25



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº 000205/2024

Nome/Razão Social: **G M BUENO BRASIL & CIA LTDA**

Nome Fantasia:

Código Contribuinte: **943**

CPF/CNPJ: **14.466.742/0001-11**

Endereço:

**RUA DO CUPUACUZEIRO , 20
CACARI BOA VISTA - RR - CEP: 69307-450**

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE, É CERTIFICADO QUE, ATÉ A PRESENTE DATA, **NÃO CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO CONTRIBUINTE ACIMA CITADO PARA COM ESTE MUNICÍPIO.**

Observação:

Esta Certidão foi emitida em 11/12/2024 com base no Código Tributário Nacional, lei nº 5.172/66.

Certidão válida até: **11/03/2025**

Código de controle da certidão: **2100004098**



EmisCHRISTIAN

ATESTO A VERACIDADE DESTES
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA NA INTERNET

Atenção: Qualquer rasura tornará o presente documento nulo.

EM BRANC

Voltar

Imprimir

Proc. 296129

Fhs. 32



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.466.742/0001-11
Razão Social: G M BUENO BRASIL ME
Endereço: R DO CUPUACUZEIRO 20 SALAS 01, 02 E 03 / CACARI / BOA VISTA / RR / 69307-450

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/11/2024 a 13/12/2024

Certificação Número: 2024111403031589220246

Informação obtida em 26/11/2024 12:15:25

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

ATESTO A VERACIDADE DESTA
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

the 1990s, the number of people in the world who are under 15 years of age is expected to increase from 1.1 billion to 1.5 billion. The number of people aged 65 and over is expected to increase from 200 million to 400 million. The number of people aged 15 and over is expected to increase from 3.5 billion to 4.5 billion. The number of people aged 15 and over is expected to increase from 3.5 billion to 4.5 billion. The number of people aged 15 and over is expected to increase from 3.5 billion to 4.5 billion.

EM BRANC



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: G M BUENO BRASIL & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 14.466.742/0001-11

Certidão nº: 52204687/2024

Expedição: 29/07/2024, às 19:21:31

Validade: 25/01/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **G M BUENO BRASIL & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.466.742/0001-11**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

ATESTO A VERACIDADE DESTA
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VÍDEO INTERNET

EM BRANCO



Certidão de Distribuição de Ação Concordata e Falências

(Primeira e Segunda Instâncias)

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima CERTIFICA que, revendo os registros de Certidão de Distribuição de Ação Concordata e Falências, nas comarcas deste Estado, até a presente data, NADA CONSTA contra:

NOME: G. M. BUENO BRASIL & CIA LTDA EPP

CPF/CNPJ: 14.466.742/0001-11

OBSERVAÇÕES:

- 1) Certidão expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria Presidencial nº 493, do dia 09 de abril de 2014;
- 2) A informação do NOME e CNPJ/CPF acima são de responsabilidades do solicitante da Certidão, devendo a veracidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3) A pessoa ou entidade requisitante da certidão é quem está apta a responder se esta é ou não adequada à finalidade a que se destina;
- 4) As pessoas ou entidades receptoras da certidão on-line, deverão como princípio de cautela, não admitir outra página de validação que não seja a do Tribunal de Justiça de Roraima, e, ainda, verificar se os documentos pessoais do portador da certidão condizem com os dados nesta informados;
- 5) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no website do TJ-RR, pelo endereço <http://www.tjrr.jus.br/index.php/certidao-negativa>, informando o número de autenticidade abaixo.
- 6) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 2 (dois) anos após a sua expedição.

Número de Autenticidade: 012675004771

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/11/2024 as 14:44

Válida até o dia: 18/01/2025

ATESTO A VERACIDADE DESTA
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET



EMBRANC



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **G M BUENO BRASIL & CIA LTDA**

CPF/CNPJ: **14.466.742/0001-11**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 12:19:44 do dia 26/11/2024 , com validade até o dia 26/12/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: AMcV5nKKfTxgQDk3jKQ0

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ATESTO A VERACIDADE DESTA
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

EM BRANCH

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.466.742/0001-11
Razão Social: G M BUENO BRASIL ME
Endereço: R DO CUPUACUZEIRO 20 SALAS 01, 02 E 03 / CACARI / BOA VISTA / RR / 69307-450

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/12/2024 a 01/01/2025

Certificação Número: 2024120303391589220201

Informação obtida em 12/12/2024 às 13:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

ATESTO A VERACIDADE DESTES
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

1. O presente documento é uma cópia de uma carta enviada por [nome] para [destinatário] em [data].

2. A carta contém informações pessoais e confidenciais.

3. Não é permitido a divulgação ou o uso indevido.

4. Qualquer violação das condições de uso será considerada uma infração grave.

5. Este documento é propriedade intelectual de [nome] e deve ser mantido em sigilo.

6. A cópia foi gerada automaticamente pelo sistema de segurança.

7. Para mais informações, consulte o manual de uso.

8. A versão original está arquivada em [localização].

9. Este documento não deve ser compartilhado com terceiros.

10. A cópia é válida apenas para fins de referência.

11. Qualquer dúvida, entre em contato com o suporte.

12. Este documento é parte de um processo de auditoria de segurança.

13. A cópia foi gerada em [data] às [hora].

14. O documento original está disponível em [localização].

15. Este documento é uma cópia de uma carta enviada por [nome] para [destinatário] em [data].



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS



ATA CIRCUNSTANCIADA

(Dispensa Física nº 017/2024 - Processo nº 296/2024)

Às nove horas do dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e quatro, este Agente de Contratação da Prefeitura de São João da Baliza tratou da dispensa física nº 017/2024, Processo nº 296/2024, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR, CONFORME TERMO DE REFÊNCIA.**

Conforme Aviso de Contratação Direta publicado no Diário Oficial dos Municípios de Roraima nº 2265, do dia 29 de novembro de 2024, foi aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para solicitação do aviso e seus anexos e apresentação de propostas com base no preço estimado de 53.000,00 (cinquenta e três mil).

Foram solicitados no e-mail da SEMLIC, pela empresa G M BUENO BRASIL & CIA LTDA-EPP, CNPJ 14.466.742/0001-11.

A empresa G M BUENO BRASIL & CIA LTDA-EPP, CNPJ 14.466.742/0001-11, apresentou a proposta no valor 39.000,00 (trinta e nove mil).

Ante o exposto, com base nos princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, ampla defesa e o contraditório, este Agente de Contratação decide pelo prosseguimento da contratação direta para a fase solicitação da documentação exigida para habilitação da empresa G M BUENO BRASIL & CIA LTDA-EPP, CNPJ 14.466.742/0001-11.

São João da Baliza, 21 de novembro de 2024.

DAVI ALEXANDRE FERREIRA DOS REIS
Agente de Contratação

EM BRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS



DESPACHO

A CONTROLADORIA MUNICIPAL,

Encaminho os autos após devidas correções para análise e emissão de parecer técnico quanto à regularidade do procedimento licitatório de acordo com a Lei Federal 14.133/2021.

São João da Baliza/RR, 27 de novembro de 2024.


JACKES KLEN DE ARAUJO SILVA
MEMBRO DA SEMLIC/PMSJB-RR

2014-2015

2014-2015

EM BRANCO

2014-2015

2014-2015

2014-2015

2014-2015

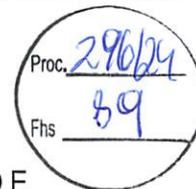
2014-2015



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL



PARECER TÉCNICO – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR.



Processo Administrativo: Nº 296/2024

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR.

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2024 – DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

VALOR ESTIMADO: R\$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais).

VALOR DA PROPOSTA: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)

EMPRESA VENCEDORA: G M BUENO BRASIL & COMPANHIA LTDA, CNPJ: 14.466.742/0001-11;

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

1. DO CONTROLE INTERNO

Os autos foram encaminhados a esta Controladoria, para análise e pronunciamento quanto **AS FORMALIDADES** do procedimento de DISPENSA Nº 022/2024 – DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021. Conforme trata o art. 70, CF, vejamos:

Cabe ao CONTROLE INTERNO à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. (art. 70, CF).

Sendo que, as atribuições do Controle Interno estão previstas também na Lei nº 349/2016, 30 de Dezembro 2016, que dispõe sobre a criação de Controle Interno da Prefeitura Municipal de São João da Baliza.

Tendo em vista que a contratação *sub examine*, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da Controladoria para análise manifestação.

Sendo que como já dito qualquer despesa pública deve atender, em especial, aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, estatuídos no *capit* do art. 37 da Constituição Federal.

Igualmente, deve ter como parâmetro a ser atendido o planejamento orçamentário e financeiro da entidade, bem assim estar expressa e delimitada objetivamente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na respectiva Lei Orçamentária (LOA).

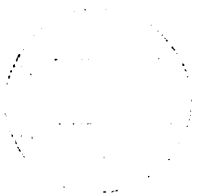
Ressalta-se ainda, que a análise em comento toma por base os documentos e informações constantes dos autos concernentes ao processo licitatório, haja vista a presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos e das informações prestadas pelos agentes públicos envolvidas.

Isto posto, temos:

AV. Perimetral Norte, S/Nº
São João da Baliza – Roraima - Brasil

[Handwritten signature]
Ana Clara

EM BRANC(





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL



2. DOS FATOS

- 2.1. Consta termo de abertura do processo licitatório;
- 2.2. Consta Documento de Formalização de Demanda – DFD;
- 2.3. Consta o Estudo Técnico Preliminar;
- 2.4. Consta Termo de referência;
- 2.5. Consta e-mail da SEMLIC solicitando cotação de preços;
- 2.6. Consta cotações de preços;
- 2.7. Consta Autorização da Prefeita Municipal;
- 2.8. Consta despacho à Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Convênios – SEMLIC encaminhando os autos do processo nº 296/2024;
- 2.9. Consta Decreto PMSJB Nº 029/2024, nomeando o agente de contratação, pregoeiro e equipe de apoio;
- 2.10. Consta Autuação do Processo Administrativo nº 296/2024;
- 2.11. Consta Justificativa para escolha da modalidade;
- 2.12. Consta Aviso de Contratação Direta;
- 2.13. Consta Edital de Contratação Direta;
- 2.14. Consta publicação do aviso de Contratação Direta da Dispensa Física nº 017/2024 no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Roraima;
- 2.15. Consta despacho da SEMLIC para a Procuradoria Municipal para a emissão do Parecer Jurídico;
- 2.16. Consta Parecer Jurídico, manifestando favorável ao prosseguimento;
- 2.17. Consta documentos da empresa G M BUENO BRASIL & COMPANHIA LTDA, CNPJ: 14.466.742/0001-11;
- 2.18. Observou-se que a despesa será custeada por meio da dotação orçamentária abaixo discriminada, conforme indicação da Secretaria de Administração:

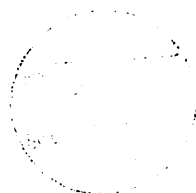
Função/Programa/Sub-Programa/Projeto /Sub-Projeto	04.122.2100.2006.0000
Elemento de Despesa:	3.3.90.39.00
FONTE	Serviços de terceiros de pessoa jurídica

3. ANÁLISE E RECOMENDAÇÕES

- 3.1. Observamos que constam pendências de assinaturas no DFD, ETP, Termo de Referência, entre outros documentos neste processo. Recomendamos sanar todas as pendências, e somente após, dar prosseguimento, e que a secretaria requerente se atente as assinaturas dos documentos juntados aos autos.
- 3.2. Recomendamos que as datas dos documentos sigam a ordem cronológica a partir da abertura do processo;

[Handwritten signature]
Ana Clara

EM BRANC)





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL



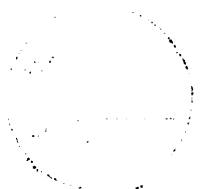
- 3.3. Recomendamos rubricar todas as páginas do edital;
- 3.4. Recomendamos que o Aviso de Contratação direta além da publicação em veículo de imprensa seja publicado no site, portal e mural da Prefeitura de São João da Baliza – RR.
- 3.5. Verificar antes da liquidação e pagamento a validade das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, incluindo a verificação dos códigos de autenticidade.
- 3.6. Recomendamos cumprir rigorosamente a instrução processual quanto à ordem cronológica de documento ao juntá-los aos autos, numeração, assinatura de folhas, certificações de documentos, confere com original, atesto a veracidade, no sentido de proporcionar celeridade ao andamento processual;
- 3.7. Recomendamos atender as recomendações do setor Jurídico. Como também, a SEMLIC atente-se na juntada dos documentos das empresas;
- 3.8. Recomendamos que após o Contrato firmado, seja anexada a Portaria do Fiscal do Contrato, juntamente com sua devida publicação no Mural da Prefeitura de São João da Baliza – RR. E que o fiscal de contrato seja instruído sobre suas atribuições e responsabilidades diante da execução do processo. E que somente ateste notas fiscais de pagamento, após a devida verificação da prestação dos serviços;
- 3.9. Recomendamos que seja juntado aos autos atestado de capacidade técnica da empresa vencedora do certame, como também Certidão Simplificada da Junta Comercial;
- 3.10. Observamos datas equivocadas. Recomendamos que seja cumprida a Ordem Cronológica no processo;
- 3.11. Observamos erros de digitação no ETP, DFD, entre outros documentos. Recomendamos revisar e editar, após isso, prosseguimento;
- 3.12. Recomendamos atestar as pesquisas de preços juntadas aos autos.
- 3.13. Não consta a ANÁLISE DE RISCO. Recomendados que seja juntado ao processo, após isso, prosseguimento;

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, **EM CONFORMIDADE COM O PARECER JURIDICO, QUE SE MANIFESTOU FAVORÁVEL APÓS ANÁLISE DOS AUTOS**, antes aos fatos até aqui apresentado, **OPINAMOS que após atender a todas as recomendações desta Controladoria**, que os autos possam seguir seu trâmite com as demais fases da despesa pública, buscando principalmente o cumprimento dos princípios fundamentais para a Administração Pública, e **TENDO ATENDIDO TODOS OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS.**

[Handwritten signature]
Ana Elane

EM BRANC





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL



IMPORTANTE TAMBÉM DESTACAR QUE OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA LICITAÇÃO (CERTAME) SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS DA SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS, e que o Controlador Interno não é ordenador de despesas, e nem confere “atesto” de recebimento dos materiais/produtos/serviços/ ora contratados pela Administração Pública. Essa atribuição se restringe ao gestor ou a servidor por ele indicado, e que o setor atualmente não possui em seu quadro de servidores profissionais da área de contabilidade jurídica.

A finalidade do Sistema de Controle Interno consiste em avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como da aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado.

Ressaltando que este parecer é meramente opinativo e não vinculante, ficando a Cargo do Gestor maior a realizar o que achar de direito quanto ao procedimento licitatório em questão.

São João da Baliza/RR, 27 de novembro de 2024.


MAZON FERREIRA RODRIGUES
Controlador Geral Municipal


ANA CLARA NUNES LEÃO BARROS
Subcontroladora

EM BRANC





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL



DESPACHO – CGM/PMSJB/RR

**AO GABINETE DA PREFEITA
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR**

Processo Administrativo: N° 296/2024

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR.

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 017/2024 – DE ACORDO COM A LEI FEDERAL N° 14.133/2021.

VALOR ESTIMADO: R\$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais).

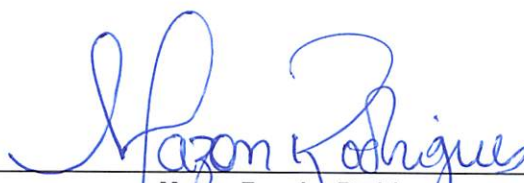
VALOR DA PROPOSTA: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)

EMPRESA VENCEDORA: G M BUENO BRASIL & COMPANHIA LTDA, CNPJ: 14.466.742/0001-11.

Excelentíssima Prefeita Municipal

Encaminhamos a Vossa Excelência o processo administrativo N° 297/2024 para apreciação. Contudo solicitamos atender as recomendações deste setor de controle apontadas no parecer.

São João da Baliza/RR, 27 de novembro de 2024.



Mazon Ferreira Rodrigues
Controlador Geral Municipal

EMBRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
GABINETE DA PREFEITA



EXTRATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA FÍSICA Nº 017/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 296/2024

A SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS do Município de São João da Baliza/RR, em cumprimento à homologação procedida pela autoridade competente, na qualidade de ordenadora de despesas, faz publicar o extrato resumido da Contratação Direta por Dispensa Física nº 017/2024, com fundamento no art. 75, Inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

OBJETO DA LICITAÇÃO: Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA.

INTERESSADA: G. M. BUENO BRASIL & CIA LTDA.
CNPJ: 10.138.105/0001-65.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 030, de 15 de janeiro de 2024.

VALOR TOTAL: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

DATA DA RATIFICAÇÃO: 02/12/2024

ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E
CONVÊNIOS
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA



DISPENSA FÍSICA Nº. 017/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 296/2024

A SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS do Município de São João da Baliza/RR, em cumprimento à homologação procedida autoridade competente, na qualidade de ordenadora de despesas, faz publicar o extrato resumido da Contratação Direta por Dispensa Física nº 008/2024, com fundamento no art. 75, Inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

OBJETO DA LICITAÇÃO: Eventual Contratação de empresa Especializada no Prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA.

INTERESSADA:

G M BUENO BRASIL & CIA LTDA.

CNPJ: 14.466.742/0001-11

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 030, de 15 de janeiro de 2024.

VALOR TOTAL: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)

DATA DA RATIFICAÇÃO: 02/12/2024

Publicado por:

Davi Alexandre Ferreira Dos Reis

Código Identificador:F45BA134

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Roraima no dia 10/12/2024. Edição 2291

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amr/>

ATESTO A VERACIDADE DESTA
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

1. **Содержание:** Введение. Глава 1. Теория и методология исследования. Глава 2. Анализ существующих исследований. Глава 3. Разработка методики исследования. Глава 4. Результаты исследования. Заключение. Список литературы.

အသုံးပြုသူများ အတွက် အချက်အလက်

1. *Identify the main idea of the passage.*
 2. *Summarize the passage in your own words.*
 3. *Identify the author's purpose.*
 4. *Identify the author's tone.*
 5. *Identify the author's bias.*
 6. *Identify the author's point of view.*
 7. *Identify the author's audience.*
 8. *Identify the author's subject.*
 9. *Identify the author's thesis.*
 10. *Identify the author's conclusion.*

THE CHINESE UNIVERSITY OF PETROLEUM

[illegible]

1. *What is the purpose of the study?*
The purpose of the study is to investigate the effect of the use of a computer-based learning system on the learning outcomes of students in a computer-aided learning environment.

2. *What is the research question?*
The research question is: "What is the effect of the use of a computer-based learning system on the learning outcomes of students in a computer-aided learning environment?"

3. *What is the hypothesis?*
The hypothesis is: "The use of a computer-based learning system will have a positive effect on the learning outcomes of students in a computer-aided learning environment."

4. *What is the significance of the study?*
The significance of the study is that it will provide valuable information on the effectiveness of computer-based learning systems in a computer-aided learning environment.

5. *What are the limitations of the study?*
The limitations of the study are that it is a small-scale study and that it only focuses on the learning outcomes of students in a computer-aided learning environment.

© 1995 WILEY-LISS, INC.

[illegible]

1. 本報社址：香港中環皇后大道中 15 號 15 樓 1501 室

[illegible]

NAME: _____

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS

PAUSE CITE AND THINK: THE OTHER SIDE

[illegible]

www.elsevier.com/locate/jbiotec
J. Biotechnol. (2007) 132, 1–10
doi:10.1016/j.jbiotec.2007.05.005

Figure 1

[illegible]

ANTHONY S. LUCIANO, JR. - 10/20/2011

1. **Einleitung**
 2. **Ziele und Aufgabenstellung**
 3. **Methodik**
 4. **Ergebnisse**
 5. **Diskussion**
 6. **Fazit**
 7. **Literaturverzeichnis**
 8. **Anhang**
 9. **Index**
 10. **Abbildung**
 11. **Tabelle**
 12. **Formelzeichen**
 13. **Abkürzungen**
 14. **Verweise**
 15. **Quellenangaben**
 16. **Verweise**
 17. **Quellenangaben**
 18. **Verweise**
 19. **Quellenangaben**
 20. **Verweise**
 21. **Quellenangaben**
 22. **Verweise**
 23. **Quellenangaben**
 24. **Verweise**
 25. **Quellenangaben**
 26. **Verweise**
 27. **Quellenangaben**
 28. **Verweise**
 29. **Quellenangaben**
 30. **Verweise**
 31. **Quellenangaben**
 32. **Verweise**
 33. **Quellenangaben**
 34. **Verweise**
 35. **Quellenangaben**
 36. **Verweise**
 37. **Quellenangaben**
 38. **Verweise**
 39. **Quellenangaben**
 40. **Verweise**
 41. **Quellenangaben**
 42. **Verweise**
 43. **Quellenangaben**
 44. **Verweise**
 45. **Quellenangaben**
 46. **Verweise**
 47. **Quellenangaben**
 48. **Verweise**
 49. **Quellenangaben**
 50. **Verweise**
 51. **Quellenangaben**
 52. **Verweise**
 53. **Quellenangaben**
 54. **Verweise**
 55. **Quellenangaben**
 56. **Verweise**
 57. **Quellenangaben**
 58. **Verweise**
 59. **Quellenangaben**
 60. **Verweise**
 61. **Quellenangaben**
 62. **Verweise**
 63. **Quellenangaben**
 64. **Verweise**
 65. **Quellenangaben**
 66. **Verweise**
 67. **Quellenangaben**
 68. **Verweise**
 69. **Quellenangaben**
 70. **Verweise**
 71. **Quellenangaben**
 72. **Verweise**
 73. **Quellenangaben**
 74. **Verweise**
 75. **Quellenangaben**
 76. **Verweise**
 77. **Quellenangaben**
 78. **Verweise**
 79. **Quellenangaben**
 80. **Verweise**
 81. **Quellenangaben**
 82. **Verweise**
 83. **Quellenangaben**
 84. **Verweise**
 85. **Quellenangaben**
 86. **Verweise**
 87. **Quellenangaben**
 88. **Verweise**
 89. **Quellenangaben**
 90. **Verweise**
 91. **Quellenangaben**
 92. **Verweise**
 93. **Quellenangaben**
 94. **Verweise**
 95. **Quellenangaben**
 96. **Verweise**
 97. **Quellenangaben**
 98. **Verweise**
 99. **Quellenangaben**
 100. **Verweise**

Figure 1. The effect of the initial concentration of the monomer on the polymerization of 2-methyl-2-butene initiated by TiCl_4 in the presence of C_6H_6 at -78°C . The reaction time was 10 min. The concentration of TiCl_4 was 1.0×10^{-2} mole/l. The concentration of C_6H_6 was 0.5 mole/l. The concentration of C_6H_6 was 0.5 mole/l.

[illegible]

Figure 1



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
GABINETE DA PREFEITA



DESPACHO

Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo nº 296/2024 da Dispensa Física nº 017/2024 – SEMAD, à Contabilidade, para emissão da nota de empenho.

São João da Baliza – RR, 10 de dezembro de 2024.

ANTÔNIA ELMA DIAS DA SILVA
Chefe de Gabinete
Decreto nº. 057/2023



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA BALIZA
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE



A PROCURADORIA

Encaminhem-se os autos do processo nº 296/2024 Dispensa Física nº 017/2024 a Secretaria de Administração para Portaria.

São João da Baliza – RR, 10 de dezembro de 2024.

ILDENIRA MELO LOPES
Diretora de Departamento de Contabilidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO DA BALIZA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO DA BALIZA
Construindo com amor o futuro que queremos

AV. SÃO PAULO, 1077 – CENTRO SÃO JOÃO DA BALIZA – RR – CNPJ Nº 04.056.248/0001-25



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
GABINETE DA PREFEITA



PORTARIA/PMSJB/GAB Nº 094/2024

**“Dispõe sobre a nomeação de senhor(a)
para a função de Fiscal de
Contrato/Processo Titular, e dá outras
providências”.**

A Prefeita Municipal de São João da Baliza - RR, no uso de suas atribuições,
conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para o exercício da função de Fiscal Titular do Processo nº 296/2024 da Dispensa Física nº 017/2024 - SEMAD, cujo objeto é eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria técnica para sistematização e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e sistematização e elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, a senhora abaixo relacionada:

NOME	MATRÍCULA	CPF	FUNÇÃO
Antônia Elma Dias da Silva	4476-6	933.155.462-15	Titular

Art. 2º São atribuições do Fiscal de Contrato/Processo Titular, acompanhar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências e determinando o que for necessário para regularizar as faltas ou defeitos observados, exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais, adotar medidas para que a fiscalização garanta a quantidade e a qualidade do produto final e atestar as notas fiscais da contratada.

Art. 3º O exercício da função de Fiscal de Contrato/Processo Titular tem caráter relevante e não remunerado.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São João da Baliza/RR, 10 de dezembro de 2024.

LUIZA MAURA DE FÁRIA OLIVEIRA
Prefeita de São João da Baliza/RR



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA BALIZA

Avenida São Paulo, nº 1077 - Centro
04056248/0001-25

ES - Estimativa

000301



ES - Estimativa 301		FICHA: 16	DATA: 10/12/2024	PEDIDO Nº:		
Licitação: DISPENSA		Nº Licitação:	Proc. Licit.	PROCESSO: 296/2024		
Nome: G. M. BUENO BRASIL & CIA LTDA - EPP		CPF/CNPJ: 14.466.742/0001-11		Código: 226		
Endereço: R DO CUPUACUZEIRO		Cidade: BOA VISTA				
CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA EMPENHADA				
Unid.Orçamentária 020102		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD				
Cat. Econômica 3.3.90.39.99		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
Funcional 04.122.2100.2006.0000		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				
Cód.Aplicação 100.008		SEC. DE ADMINISTRAÇÃO				
Fonte Iduso 1		Recursos do Exercício Corrente ou Recursos de Exercícios Anteriores Comprometidos				
Fonte Grupo 500		Recursos não Vinculados de Impostos				
Fonte Codigo 0000		Não se aplica				
DOTAÇÃO	EMPENHADO ATÉ A DATA	VALOR DESTE EMPENHO	SALDO ATUAL			
3.895.447,40	3.856.446,63	17.000,00	22.000,77			
VALOR EM R\$						
17.000,00		dezessete mil reais *****				
Autorizamos o fornecimento dos materiais ou execução dos serviços, obedecidas as condições e especificações constantes desta Nota de Empenho.						
HISTÓRICO						
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSESSORIA TÉCNICA PARA SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO, JUNTO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR.						
ITEM	CÓDIGO	DESCR.	QTD	UNID	VLR UNIT R\$	TOTAL
1		SERVIÇOS E ASSESSORIA TÉCNICA PARA SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO	1		17.000,00	17.000,00
10 de DEZEMBRO de 2024.			VALOR TOTAL DOS ITENS		17.000,00	
HILGLACY MENEZES DE SOUZA SEC. MUN. DE FINANÇAS			Autorizo LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA PREFEITA MUNICIPAL			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA BALIZA

Avenida São Paulo, nº 1077 - Centro

04056248/0001-25

Exercício: 2024



LIQUIDAÇÃO DE DESPESA 00301/001 ES

Ficha: 016

Data Empenho: 10/12/2024 Data Liquidação: 18/12/2024

Credor...: G. M. BUENO BRASIL & CIA LTDA - EPP

Endereço: R DO CUPUACUZEIRO

Cidade...: BOA VISTA

CEP: 69307-450

Valor **RR\$ 17.000,00**

Extenso: dezessete mil reais * * * * *

A liquidação da despesa foi procedida com base na Nota de Empenho indicada a cima e no título de crédito especificado a seguir, onde consta a declaração de entrega do material ou efetiva prestação de serviço.

Nota Fiscal	Série Data	Controle	Valor
000000002103	18/12/2024		17.000,00
Total de Notas			17.000,00

Título de Crédito:

Espécie:

Despesa Bruta: RR\$ 17.000,00

Líquido a Pagar: RR\$ 17.000,00

ORDEN DE PAGAMENTO

PAGUE-SE __/__/__

LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL

Pagamento a ser efetuado com o(s) seguinte(s) Recurso(s):

Banco		Conta		Valor R\$

Liquidado em __/__/__. Encaminhe-se ao Ordenador de pagamento, para os devidos fins.

Nome: _____

**Prefeitura Municipal de Boa Vista**

Rua Coronel Pinto, 188
Centro - BOA VISTA - RR CEP: 69301-150
CNPJ: 05.943.030/0001-55

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

Número da Nota

00002103

Data e Hora de Emissão

18/12/2024 08:52:45

Data do Fato Gerador

18/12/2024

Código de Verificação

ACALAPAD-AAAIGM**Dados do(s) Serviço(s)**

Exigibilidade do ISS / Natureza da Operação
Exigível

Local da Prestação
SÃO JOÃO DA BALIZA/RR - BRASIL

Local da Incidência
BOA VISTA/RR

Prestador do(s) Serviço(s)Nome/Razão Social: **G M BUENO BRASIL & CIA LTDA**Nome Fantasia: **ESCOPO- GESTAO PUBLICA**

Endereço:

RUA DO CUPUACUZEIRO, 20 SALA 01.02 E 03**CACARI BOA VISTA - RR CEP: 69307-450**

CPF/CNPJ:

14.466.742/0001-11Insc. Municipal: **0090123**

Telefone:

(95) 9157-3389

E-mail:

Tomador do(s) Serviço(s)Nome/Razão Social: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA BALIZA**

Nome Fantasia:

Endereço:

AV SAO PAULO, 1077**CENTRO SÃO JOÃO DA BALIZA - RR CEP: 69375-000**

CPF/CNPJ:

04.056.248/0001-25

Insc. Municipal:

Telefone:

(95) 3235-1240

E-mail:

contabilidadebaliza@hotmail.com**Discriminação do(s) Serviço(s)**

REFERENTE AOS SERVIÇOS PARA A SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS PEÇAS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR, CONFORME PROCESSO Nº 296/2024.

BANCO DO BRASIL S/A

AG: 2617-4

C/C: 42.805-1

Certifico que o(s) Serviços/Material(is)
constante(s) desta Nota Fiscal foi(ram)
prestado(s)/entregue(s)

Em:

18/12/2024

Antonia Elma Gias da Silva

Classificação do Serviço (LEI 116/2003)

17.19 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.1)

6920601 - Atividades de contabilidade

Valor do(s) Serviço(s)	Valor Dedução	Desconto Incondicionado	Base de Cálculo ISS
17.000,00	0,00	0,00	17.000,00
Alíquota ISS (%)	Valor do ISS	Valor ISS Retido	Desconto Condicionado
0,00	0,00	0,00	0,00

Retenções Federais

Imposto de Renda	PIS	COFINS	CSLL	INSS	Outras Retenções
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Total

Total do(s) Serviço(s)	Total Líquido
17.000,00	17.000,00

Outras Informações***** DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL *****

O prestador do(s) serviço(s) possui regime especial de tributação: Microempresário e Empresa de Pequeno Porte (ME - EPP)

O ISS é devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido o local, conforme art. 3º da Lei 116 de 31 de julho de 2003.

Valor aproximado dos tributos com base na Lei 12.741/2012 - R\$ 3.136,50 - (18,45%) - Fonte: IBPT



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: G M BUENO BRASIL & CIA LTDA
CNPJ: 14.466.742/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:02:50 do dia 19/08/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/02/2025.

Código de controle da certidão: **DD82.2199.0802.9550**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Departamento de Tributos

Rua Coronel Pinto, 188 - Centro

BOA VISTA - RR - CEP: 69301-150

FONE(S): 95 3621 1653 CNPJ/MF: 05.943.030/0001-55



**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS
COM EFEITOS DE NEGATIVA**

Nº 006701/2024

Nome/Razão Social: **G M BUENO BRASIL & CIA LTDA**

Nome Fantasia: **ESCOPO- GESTAO PUBLICA**

Inscrição Municipal: **009012.3**

CPF/CNPJ: **14.466.742/0001-11**

Endereço:

RUA DO CUPUACUZEIRO, 20 SALA 01,02 E 03 CAÇARI

BOA VISTA - RR - CEP: 69307-450

CONFORME DISPOSTO NO ART. 206 DA LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, ESTE DOCUMENTO TEM OS MESMOS EFEITOS DA CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA DE ACORDO COM O ART. 205 DO REFERIDO CÓDIGO, POR EXISTIREM EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADOS DÉBITOS PARCELADOS E/OU COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA RESSALVANDO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL DE COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE.

Data de Emissão: **27/11/2024**

Validade: **30 (TRINTA DIAS *****)**

Esta certidão abrange somente o contribuinte acima identificado.

Observações:

Código de controle da certidão: **3100001646660000005139030006701202411277**



Emissor: **EDSON**

Atenção: Qualquer rasura tornará o presente documento nulo.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.466.742/0001-11
Razão Social: G M BUENO BRASIL ME
Endereço: R DO CUPUACUZEIRO 20 SALAS 01, 02 E 03 / CACARI / BOA VISTA / RR / 69307-450

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/12/2024 a 01/01/2025

Certificação Número: 2024120303391589220201

Informação obtida em 16/12/2024 11:08:15

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: G M BUENO BRASIL & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 14.466.742/0001-11

Certidão nº: 52204687/2024

Expedição: 29/07/2024, às 19:21:31

Validade: 25/01/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **G M BUENO BRASIL & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.466.742/0001-11**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Certidão de Distribuição de Ação Concordata e Falências

(Primeira e Segunda Instâncias)

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima CERTIFICA que, revendo os registros de Certidão de Distribuição de Ação Concordata e Falências, nas comarcas deste Estado, até a presente data, NADA CONSTA contra:

NOME: G. M. BUENO BRASIL & CIA LTDA EPP

CPF/CNPJ: 14.466.742/0001-11

OBSERVAÇÕES:

- 1) Certidão expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria Presidencial nº 493, do dia 09 de abril de 2014;
- 2) A informação do NOME e CNPJ/CPF acima são de responsabilidades do solicitante da Certidão, devendo a autenticidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3) A pessoa ou entidade requisitante da certidão é quem está apta a responder se esta é ou não adequada à finalidade a que se destina;
- 4) As pessoas ou entidades recebedoras da certidão on-line, deverão como princípio de cautela, não admitir outra página de validação que não seja a do Tribunal de Justiça de Roraima, e, ainda, verificar se os documentos pessoais do portador da certidão condizem com os dados nesta informados;
- 5) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no website do TJ-RR, pelo endereço <http://www.tjrr.jus.br/index.php/certidao-negativa>, informando o número de autenticidade abaixo.
- 6) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 2 (dois) anos após a sua expedição.

Número de Autenticidade: 012675004771

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/11/2024 as 14:44

Válida até o dia: 18/01/2025





CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: G M BUENO BRASIL & CIA LTDA

CPF/CNPJ: 14.466.742/0001-11

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 12:19:44 do dia 26/11/2024 , com validade até o dia 26/12/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: AMcV5nKKfTxgQDk3jKQ0

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**Estado de Roraima
Secretaria de Estado da Fazenda
Departamento da Receita
"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"**

CERTIDÃO NEGATIVA DE OBRIGAÇÕES E DÉBITOS TRIBUTÁRIOS - CND

CGF/CPF/CNPJ	Nome / Razão Social
14.466.742/0001-11	G M BUENO BRASIL & CIA LTDA

É certificado que não foram identificadas pendências em seu nome relativos a tributos/obrigações administradas pela Secretaria de Estado da Fazenda, apurados conforme Portaria SEFAZ/GAB nº 367/2011 publicada no D.O.E nº 1562 do dia 08/06/2011.

Esta certidão não abrange débitos ainda não processados, ressalva-se pois, o direito de a Fazenda Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

Data de emissão: 30/10/2024

Validade: 28/01/2025

A informação do NOME e CNPJ/CPF acima são de responsabilidades do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

A pessoa ou entidade requisitante da certidão é quem está apta a responder se esta é ou não adequada à finalidade a que se destina;

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade, conforme código de Autenticação, podendo a mesma ser verificada no website da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ RR, no endereço: <https://www.sefaz.rr.gov.br/>

Código de Autenticação: 014149

As pessoas ou entidades receptoras da certidão on-line, deverão como princípio de cautela, não admitir outra página de validação que não seja a da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ RR, e, ainda verificar se os documentos pessoais do portador da certidão condizem com os dados nesta informados;

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA BALIZA

Avenida São Paulo, nº 1077 - Centro

04056248/0001-25

Exercício: 2024



Página 1

ORDEM DE PAGAMENTO

ORDEM DE PAGAMENTO 02574

DATA: 18/12/2024 VENCTO:18/12/2024 PAGTO: 18/12/2024
Credor...: G. M. BUENO BRASIL & CIA LTDA - CNPJ: 14.466.742/0001-11 Cod: 226
Endereço: R DO CUPUACUZEIRO
Cidade...: BOA VISTA CEP: 69307-450

Discriminação...:

REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSESSORIA TÉCNICA PARA SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO, JUNTO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR.

Valor 17.000,00

(dezessete mil reais) * * * * *

Despesa Bruta: R\$ 17.000,00

EMP/SUB	N.	LOCAL	FUNCIONAL	NATUREZA	VALOR	ANULAÇÃO	DESCONTO	LÍQUIDO	
301	/ 1	ES	020102	04.122.2100.2006.0000	3.3.90.39.00	R\$ 17.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.000,00
TOTAL					R\$ 17.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.000,00	

Despesa Líquida: R\$ 17.000,00

ORDEM DE PAGAMENTO

PAGUE-SE __/__/__

LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL

Pagamento efetuado com o(s) seguinte(s) Recurso(s):

Banco	Conta	Cheque	Valor R\$
001	9049-2		17.000,00
TOTAL. . .			R\$ 17.000,00

Despesa paga em 18/12/2024 Com os recursos acima discriminados

HILGLACY MENEZES DE SOUZA
SEC. MUN. DE FINANÇAS



Emissão de comprovantes

G3312009274886381
20/12/2024 09:36:30



18/12/2024 - BANCO DO BRASIL - 19:03:40
378303783 SEGUNDA VIA 0001

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PMSJB ICS
AGENCIA: 3783-4 CONTA: 9.049-2
=====

DATA DA TRANSFERENCIA	18/12/2024
NR. DOCUMENTO	552.617.000.042.805
VALOR TOTAL	17.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: G M BUENO BRASIL ME	
AGENCIA: 2617-4	CONTA: 42.805-1
NR. DOCUMENTO	553.783.000.009.049

=====

NR.AUTENTICACAO	3.783.C4C.088.677.B58
-----------------	-----------------------

Transação efetuada com sucesso por: JE682123 HILGLACY MENEZES DE SOUZA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAO DA BALIZA

AV. SÃO PAULO Nº 1077

04.056.248/0001-25

Exercício: 2024

Situação do empenho: 301



Página 1

Emp \ Liq	Tipo	F.R.	C. Aplic.	Processo	Data	Valor	Liquidado	Pago	A Pagar
-----------	------	------	-----------	----------	------	-------	-----------	------	---------

Fic:16 Funcional: 04.122.2100.2006.0000 Categoria: 3.3.90.39.99 Entidade: 1 Licitação: DISPENSA
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

Forn. 226 G. M. BUENO BRASIL & CIA LTDA - EPP

Cnpj: 14.466.742/0001-11

301	/000	ES	1	50000	100	008	296/2024	EMP	10/12/2024	17.000,00			
301	/001	ES	1	50000	100	008	296/2024	LIQ/PG	18/12/2024		17.000,00	17.000,00	

Situação em	Proc:	0,00	Não Proc:	0,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	0,00
-------------	-------	------	-----------	------	-----------	-----------	-----------	------

DATA	ORDPG	BANCO	CONTA	CHEQUE	VALOR
18/12/2024	2574	001	9049-2		17.000,00
Total de Cheques					17.000,00

TOTAL DOS EMPENHOS	17.000,00	17.000,00	17.000,00	0,00
--------------------	-----------	-----------	-----------	------

Total Geral de Empenhos.	17.000,00			
Total Geral Liquidado.	17.000,00			
Total Geral Pago	17.000,00			
Total Geral a Pagar.	0,00	-->	Processado	Não Proc
Total Anulado	0,00		0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA BALIZA

Avenida São Paulo, nº 1077 - Centro
04056248/0001-25

ES - Estimativa



000302

ES - Estimativa		302	FICHA: 16	DATA: 10/12/2024	PEDIDO Nº	
Licitação: DISPENSA		Nº Licitação:		Proc. Licit.	PROCESSO: 296/2024	
Nome: G. M. BUENO BRASIL & CIA LTDA - EPP			CPF/CNPJ:14.466.742/0001-11		Código: 226	
Endereço: R DO CUPUACUZEIRO			Cidade: BOA VISTA			
CÓDIGOS			CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA EMPENHADA			
Unid.Orçamentária 020102			SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD			
Cat. Econômica 3.3.90.39.99			OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
Funcional 04.122.2100.2006.0000			MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Cód.Aplicação 100.008			SEC. DE ADMINISTRAÇÃO			
Fonte Iduso 1			Recursos do Exercício Corrente ou Recursos de Exercícios Anteriores Comprometidos			
Fonte Grupo 500			Recursos não Vinculados de Impostos			
Fonte Código 0000			Não se aplica			
DOTAÇÃO		EMPENHADO ATÉ A DATA		VALOR DESTA EMPENHO	SALDO ATUAL	
3.895.447,40		3.873.446,63		22.000,00	0,77	
VALOR EM R\$						
22.000,00		vinte e dois mil reais *****				
Autorizamos o fornecimento dos materiais ou execução dos serviços, obedecidas as condições e especificações constantes desta Nota de Empenho.						
HISTÓRICO						
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSESSORIA TÉCNICA PARA SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR.						
ITEM	CÓDIGO	DESCR.	QTD	UNID	VLR UNIT R\$	TOTAL
1		PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSESSORIA TÉCNICA PARA SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	1		22.000,00	22.000,00
10 de DEZEMBRO de 2024.			VALOR TOTAL DOS ITENS			22.000,00
HILGLACY MENEZES DE SOUZA SEC. MUN. DE FINANÇAS			Autorizo LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA PREFEITA MUNICIPAL			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA BALIZA

Avenida São Paulo, nº 1077 - Centro

04056248/0001-25

Exercício: 2024



LIQUIDAÇÃO DE DESPESA **00302/001** ES

Ficha: 016

Data Empenho: 10/12/2024 Data Liquidação: 18/12/2024

Credor...: G. M. BUENO BRASIL & CIA LTDA - EPP

Endereço: R DO CUPUACUZEIRO

Cidade...: BOA VISTA

CEP: 69307-450

Valor **RR\$ 22.000,00**

Extenso: vinte e dois mil reais * * * * *

A liquidação da despesa foi procedida com base na Nota de Empenho indicada a cima e no título de crédito especificado a seguir, onde consta a declaração de entrega do material ou efetiva prestação de serviço.

Nota Fiscal	Série Data	Controle	Valor
000000002104	18/12/2024		22.000,00
Total de Notas			22.000,00

Título de Crédito:

Espécie:

Despesa Bruta: RR\$ 22.000,00

Líquido a Pagar: RR\$ 22.000,00

ORDEM DE PAGAMENTO

PAGUE-SE __/__/__

LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL

Pagamento a ser efetuado com o(s) seguinte(s) Recurso(s):

Banco		Conta		Valor R\$

Liquidado em __/__/__ . Encaminhe-se ao Ordenador de pagamento, para os devidos fins.

Nome: _____

**Prefeitura Municipal de Boa Vista**

Rua Coronel Pinto, 188
Centro - BOA VISTA - RR CEP: 69301-150
CNPJ: 05.943.030/0001-55

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

Número da Nota
00002104

Data e Hora de Emissão
18/12/2024 08:53:27

Data do Fato Gerador
18/12/2024

Código de Verificação
ACATAPAE-AAAIGM

**Dados do(s) Serviço(s)**

Exigibilidade do ISS / Natureza da Operação
Exigível

Local da Prestação
SÃO JOÃO DA BALIZA/RR - BRASIL

Local da Incidência
BOA VISTA/RR

Prestador do(s) Serviço(s)

Nome/Razão Social: **G M BUENO BRASIL & CIA LTDA**
Nome Fantasia: **ESCOPO- GESTAO PUBLICA**
Endereço: **RUA DO CUPUACUZEIRO, 20 SALA 01.02 E 03**
CAÇARI BOA VISTA - RR CEP: 69307-450
CPF/CNPJ: **14.466.742/0001-11** Insc. Municipal: **0090123**
Telefone: **(95) 9157-3389** E-mail:

**Tomador do(s) Serviço(s)**

Nome/Razão Social: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA BALIZA**
Nome Fantasia:
Endereço: **AV SAO PAULO, 1077**
CENTRO SÃO JOÃO DA BALIZA - RR CEP: 69375-000
CPF/CNPJ: **04.056.248/0001-25** Insc. Municipal:
Telefone: **(95) 3235-1240** E-mail: **contabilidadebaliza@hotmail.com**

Discriminação do(s) Serviço(s)

REFERENTE AOS SERVIÇOS PARA A SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS PEÇAS DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR, CONFORME PROCESSO Nº 296/2024.

BANCO DO BRASIL S/A
AG: 2617-4
C/C: 42.805-1

Certifico que o(s) Serviços/Material(is)
constante(s) desta Nota Fiscal foi(ram)
prestado(s)/entregue(s)

Em: **18/12/2024**

Antonia Elma Dias da Silva

Classificação do Serviço (LEI 116/2003)

17.19 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.1)

6920601 - Atividades de contabilidade

Valor do(s) Serviço(s)	Valor Dedução	Desconto Incondicionado	Base de Cálculo ISS
22.000,00	0,00	0,00	22.000,00
Alíquota ISS (%)	Valor do ISS	Valor ISS Retido	Desconto Condicionado
0,00	0,00	0,00	0,00

Retenções Federais

Imposto de Renda	PIS	COFINS	CSLL	INSS	Outras Retenções
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Total

Total do(s) Serviço(s)	Total Líquido
22.000,00	22.000,00

Outras Informações

*** DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL ***

O prestador do(s) serviço(s) possui regime especial de tributação: Microempresário e Empresa de Pequeno Porte (ME - EPP)
O ISS é devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido o local, conforme art. 3º da Lei 116 de 31 de julho de 2003.
Valor aproximado dos tributos com base na Lei 12.741/2012 - R\$ 4.059,00 - (18,45%) - Fonte: IBPT



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: G M BUENO BRASIL & CIA LTDA
CNPJ: 14.466.742/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:02:50 do dia 19/08/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/02/2025.

Código de controle da certidão: **DD82.2199.0802.9DB0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**Estado de Roraima
Secretaria de Estado da Fazenda
Departamento da Receita
"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"**

CERTIDÃO NEGATIVA DE OBRIGAÇÕES E DÉBITOS TRIBUTÁRIOS - CND

CGF/CPF/CNPJ	Nome / Razão Social
14.466.742/0001-11	G M BUENO BRASIL & CIA LTDA

É certificado que não foram identificadas pendências em seu nome relativos a tributos/obrigações administradas pela Secretaria de Estado da Fazenda, apurados conforme Portaria SEFAZ/GAB nº 367/2011 publicada no D.O.E nº 1562 do dia 08/06/2011.

Esta certidão não abrange débitos ainda não processados, ressalva-se pois, o direito de a Fazenda Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

Data de emissão: 30/10/2024

Validade: 28/01/2025

A informação do NOME e CNPJ/CPF acima são de responsabilidades do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

A pessoa ou entidade requisitante da certidão é quem está apta a responder se esta é ou não adequada à finalidade a que se destina;

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade, conforme código de Autenticação, podendo a mesma ser verificada no website da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ RR, no endereço: <https://www.sefaz.rr.gov.br/>

Código de Autenticação: 014149

As pessoas ou entidades receptoras da certidão on-line, deverão como princípio de cautela, não admitir outra página de validação que não seja a da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ RR, e, ainda verificar se os documentos pessoais do portador da certidão condizem com os dados nesta informados;

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Departamento de Tributos

Rua Coronel Pinto, 188 - Centro

BOA VISTA - RR - CEP: 69301-150

FONE(S): 95 3621 1653 CNPJ/MF: 05.943.030/0001-55



**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS
COM EFEITOS DE NEGATIVA**

Nº 006701/2024

Nome/Razão Social: **G M BUENO BRASIL & CIA LTDA**

Nome Fantasia: **ESCOPO- GESTAO PUBLICA**

Inscrição Municipal: **009012.3**

CPF/CNPJ: **14.466.742/0001-11**

Endereço: **RUA DO CUPUACUZEIRO, 20 SALA 01,02 E 03 CAÇARI**

BOA VISTA - RR - CEP: 69307-450

CONFORME DISPOSTO NO ART. 206 DA LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, ESTE DOCUMENTO TEM OS MESMOS EFEITOS DA CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA DE ACORDO COM O ART. 205 DO REFERIDO CÓDIGO, POR EXISTIREM EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADOS DÉBITOS PARCELADOS E/OU COM EXIGIBILIDADE SUSPENSAS RESSALVANDO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL DE COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE.

Data de Emissão: **27/11/2024**

Validade: **30 (TRINTA DIAS)** *****

Esta certidão abrange somente o contribuinte acima identificado.

Observações:

Código de controle da certidão: **3100001646660000005139030006701202411277**



Emissor: **EDSON**

Atenção: Qualquer rasura tornará o presente documento nulo.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.466.742/0001-11
Razão Social: G M BUENO BRASIL ME
Endereço: R DO CUPUACUZEIRO 20 SALAS 01, 02 E 03 / CACARI / BOA VISTA / RR / 69307-450

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/12/2024 a 01/01/2025

Certificação Número: 2024120303391589220201

Informação obtida em 16/12/2024 11:08:15

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



Página 1 de 1

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: G M BUENO BRASIL & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 14.466.742/0001-11

Certidão nº: 52204687/2024

Expedição: 29/07/2024, às 19:21:31

Validade: 25/01/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **G M BUENO BRASIL & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.466.742/0001-11**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Certidão de Distribuição de Ação Concordata e Falências

(Primeira e Segunda Instâncias)

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima CERTIFICA que, revendo os registros de Certidão de Distribuição de Ação Concordata e Falências, nas comarcas deste Estado, até a presente data, NADA CONSTA contra:

NOME: G. M. BUENO BRASIL & CIA LTDA EPP

CPF/CNPJ: 14.466.742/0001-11

OBSERVAÇÕES:

- 1) Certidão expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria Presidencial nº 493, do dia 09 de abril de 2014;
- 2) A informação do NOME e CNPJ/CPF acima são de responsabilidades do solicitante da Certidão, devendo a autenticidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3) A pessoa ou entidade requisitante da certidão é quem está apta a responder se esta é ou não adequada à finalidade a que se destina;
- 4) As pessoas ou entidades recebedoras da certidão on-line, deverão como princípio de cautela, não admitir outra página de validação que não seja a do Tribunal de Justiça de Roraima, e, ainda, verificar se os documentos pessoais do portador da certidão condizem com os dados nesta informados;
- 5) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no website do TJ-RR, pelo endereço <http://www.tjrr.jus.br/index.php/certidao-negativa>, informando o número de autenticidade abaixo.
- 6) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 2 (dois) anos após a sua expedição.

Número de Autenticidade: 012675004771

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/11/2024 as 14:44

Válida até o dia: 18/01/2025





CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **G M BUENO BRASIL & CIA LTDA**

CPF/CNPJ: **14.466.742/0001-11**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 12:19:44 do dia 26/11/2024 , com validade até o dia 26/12/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: AMcV5nKKfTxgQDk3jKQ0

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA BALIZA

Avenida São Paulo, nº 1077 - Centro

04056248/0001-25

Exercício: 2024



Página 1

ORDEM DE PAGAMENTO

ORDEM DE PAGAMENTO 02575

DATA: 18/12/2024 VENCTO:18/12/2024 PAGTO: 18/12/2024
Credor...: G. M. BUENO BRASIL & CIA LTDA - : CNPJ: 14.466.742/0001-11 Cod: 226
Endereço: R DO CUPUACUZEIRO
Cidade...: BOA VISTA CEP: 69307-450

Discriminação...:

REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSESSORIA TÉCNICA PARA SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR.

Valor 22.000,00

(vinte e dois mil reais) * * * * *

Despesa Bruta: R\$ 22.000,00

EMP/SUB	N.	LOCAL	FUNCIONAL	NATUREZA	VALOR	ANULAÇÃO	DESCONTO	LÍQUIDO	
302	/ 1	ES	020102	04.122.2100.2006.0000	3.3.90.39.00	R\$ 22.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.000,00
TOTAL					R\$ 22.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.000,00	

Despesa Líquida: R\$ 22.000,00

ORDEM DE PAGAMENTO

PAGUE-SE __/__/__

LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL

Pagamento efetuado com o(s) seguinte(s) Recurso(s):

Banco	Conta	Cheque	Valor R\$
001	5526-3		22.000,00
TOTAL. . .			R\$ 22.000,00

Despesa paga em 18/12/2024 Com os recursos acima discriminados

HILGLACY MENEZES DE SOUZA
SEC. MUN. DE FINANÇAS



Emissão de comprovantes

G3312009274886381
20/12/2024 09:37:37

18/12/2024 - BANCO DO BRASIL - 19:04:03
378303783 SEGUNDA VIA 0002
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PREF MUN S J BALIZA FPM
AGENCIA: 3783-4 CONTA: 5.526-3
=====

DATA DA TRANSFERENCIA	18/12/2024
NR. DOCUMENTO	552.617.000.042.805
VALOR TOTAL	22.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: G M BUENO BRASIL ME	
AGENCIA: 2617-4	CONTA: 42.805-1
NR. DOCUMENTO	553.783.000.005.526

=====

NR. AUTENTICACAO	2.B53.070.D63.911.481
------------------	-----------------------



Transação efetuada com sucesso por: JE682123 HILGLACY MENEZES DE SOUZA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAO DA BALIZA

AV. SÃO PAULO Nº 1077

04.056.248/0001-25

Exercício: 2024

Situação do empenho: 302



Página 1

Emp \ Liq	Tipo	F.R.	C. Aplic.	Processo	Data	Valor	Liquidado	Pago	A Pagar
-----------	------	------	-----------	----------	------	-------	-----------	------	---------

Fic:16 Funcional: 04.122.2100.2006.0000 Categoria: 3.3.90.39.99 Entidade: 1 Licitação: DISPENSA
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

Forn. 226 G. M. BUENO BRASIL & CIA LTDA - EPP

Cnpj: 14.466.742/0001-11

302	/000	ES	1	50(000	100 008	296/2024	EMP	10/12/2024	22.000,00		
302	/001	ES	1	50(000	100 008	296/2024	LIQ/PG	18/12/2024		22.000,00	22.000,00

Situação em	Proc:	0,00	Não Proc:	0,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	0,00
-------------	-------	------	-----------	------	-----------	-----------	-----------	------

DATA	ORDPG	BANCO	CONTA	CHEQUE	VALOR
18/12/2024	2575	001	5526-3		22.000,00
Total de Cheques					22.000,00

TOTAL DOS EMPENHOS	22.000,00	22.000,00	22.000,00	0,00
--------------------	-----------	-----------	-----------	------

Total Geral de Empenhos.	22.000,00			
Total Geral Liquidado.	22.000,00			
Total Geral Pago	22.000,00			
Total Geral a Pagar.	0,00	-->	Processado	Não Proc
Total Anulado	0,00		0,00	0,00



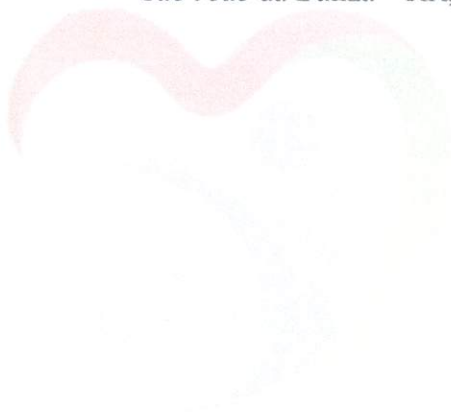
ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA BALIZA

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO



Aos 30 dias do mês de dezembro de 2024, de ofício, lavrei o presente termo de encerramento e arquivamento do processo licitatório de nº 296/2024, que tem como folha nº 001 a capa de processo e as folhas seguintes numeradas do nº 002 ao nº 126 que corresponde a este termo.

São João da Baliza – RR, 30 de dezembro de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

SÃO JOÃO DA BALIZA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO DA BALIZA
Construindo com amor o futuro que queremos

AV. SÃO PAULO, 1077 – CENTRO SÃO JOÃO DA BALIZA – RR – CNPJ Nº 04.056.248/0001-25